

Plano de Cogestão do Parque Natural do Alvão

2023 - 2027





A Comissão de Cogestão do Parque Natural do Alvão, em conformidade com a alínea a) do n.º 1 do Artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto apresenta o Plano de Cogestão da área protegida. A sua aprovação foi precedida de Consulta Pública, durante 20 dias úteis (entre 28 de abril de 2023 e 26 de maio de 2023). Obteve parecer prévio do Conselho Estratégico, em 6 de junho de 2023, e foi aprovado pela Comissão de Cogestão, também em 6 de junho de 2023.

Índice

1. Enquadramento	7
2. Modelo de cogestão.....	11
2.1 O que é a cogestão.....	11
2.2 Pedido de adesão ao modelo de cogestão	11
2.3 Constituição do Conselho Estratégico	12
2.4 Constituição da Comissão de Cogestão.....	14
2.5 Passos relevantes a destacar.....	16
2.6 Missão, Visão e Valores.....	18
Missão	19
Visão.....	19
Valores	19
2.7 Compromissos estratégicos assumidos pela Comissão de Cogestão.....	19
Eixo1 – Promoção, Comunicação e Sensibilização.....	20
Eixo 2 - Melhoria na qualidade de vida	21
Eixo 3- Turismo.....	22
Eixo de Acompanhamento – Património Natural: Biodiversidade e Geodiversidade do PNAL.....	23
3. Caraterização da área protegida	24
3.1 Localização do Parque Natural do Alvão	24
3.2 Classificação do Parque Natural do Alvão	24
3.3 Caraterização do Parque Natural do Alvão	25
3.4 Evolução demográfica do território	30
3.5 Caraterização do uso atual do solo.....	31
4. Diagnóstico prospetivo da área protegida	33
4.1 O que é crítico neste território	33
4.2 O que se pretende mudar	34
4.3 Como se posiciona estrategicamente.....	35
Análise SWOT	37
4.4 Estratégia consensualizada para o território.....	42
4.5 Eixos estratégicos e áreas-chave a apostar na área protegida.....	42
5. Auscultação de atores chave.....	44
5.1 Atores chave.....	44
5.2 Auscultação dos atores chave.....	45
5.3 Resultado da auscultação dos atores chave	48
Inquérito.....	48



Sessões temáticas	50
5.4 Principais ilações da auscultação	50
5.5 Consulta pública do Plano de Cogestão do PNAL	51
5.6 Resultados da consulta pública	52
6. Programa de medidas e ações prioritárias	54
6.1 Medidas de valorização e promoção do território, sensibilização das populações e medidas que visam melhorar a comunicação com todos os interlocutores e utilizadores do PNAL	60
6.2 Distribuição geográfica e temporal das medidas e das ações	62
6.3 Como e quem executa as medidas e ações definidas	62
6.4 Priorização das medidas e das ações definidas	63
7. Instrumentos e linhas de financiamento	65
7.1 Financiamento das medidas e das ações definidas	65
7.2 Estratégia de obtenção de financiamento	66
8. Monitorização	67
8.1 Resultados obtidos na situação de referência para os indicadores de realização obrigatórios	67
8.2 Indicadores adicionais adotados considerando a especificidade territorial	72
8.3 Metas para os indicadores de realização adotados	73
8.4 Avaliação anual dos indicadores de realização obrigatórios	73
8.5 Publicitação anual dos resultados obtidos	73
9. Publicitação e divulgação	74
9.1 Locais de publicitação da informação relevante no âmbito da cogestão da área protegida	74
9.2 Forma de divulgação da informação relevante no âmbito da cogestão da área protegida	74
10. Referências Bibliográficas	75
Anexos	76
Anexo a – Pedido de adesão ao modelo de Cogestão	77
Anexo b – Lista de atores chave	78
Anexo c – Relatório de auscultação pública	91
Anexo d – Relatório de ponderação da consulta pública à proposta de Plano de Cogestão do PNAL	188
Anexo e – Fichas de medidas e ações do Plano de Cogestão do PNAL	198

Índice de figuras

Figura 1: Âmbito territorial do Plano de Cogestão	8
Figura 2: Sessões participativas.....	18
Figura 3: Ações de sensibilização.....	21
Figura 4: Enquadramento da Aldeia de Arnal	22
Figura 5: Produtos turísticos do PNAL	23
Figura 6: Parque Natural do Alvão	24
Figura 7: Mapa de enquadramento do PNAL na ZEC Alvão/Marão	25
Figura 8: Fiskas de Ermelo	25
Figura 9: Geologia das Fiskas de Ermelo	26
Figura 10: rio Olo	27
Figura 11: Drosera rotundifolia.....	28
Figura 12: Gentiana pneumonanthe.....	28
Figura 13: Chioglossa lusitanica	29
Figura 14: Aquila chrysaetos.....	29
Figura 15: Grupos etários residentes no PNAL (censos 2021)	31
Figura 16: Caracterização do uso do solo.....	32
Figura 17: Phyrhacorax phyrhacorax	34
Figura 18: Raças autóctones.....	35
Figura 19: Sessões públicas de apresentação do modelo de cogestão do PNAL.....	46
Figura 20: Inquérito de auscultação/participação pública	47
Figura 21: Sessões temáticas de auscultação.....	48
Figura 22: Edital da consulta pública.....	52
Figura 23: Ficha de medidas e ações	60
Figura 24: Escala de priorização de medidas e ações.....	64

Índice de tabelas

<i>Tabela 1: Composição do Conselho Estratégico do PNAL.....</i>	<i>13</i>
<i>Tabela 2: Composição da Comissão de Cogestão do PNAL</i>	<i>15</i>
<i>Tabela 3: Composição da Estrutura de Apoio à Comissão de Cogestão do PNAL</i>	<i>15</i>
<i>Tabela 4: Nº de habitantes das freguesias do PNAL.....</i>	<i>30</i>
<i>Tabela 5: Variação populacional nas freguesias do PNAL entre os anos (%).....</i>	<i>31</i>
<i>Tabela 6: Número de respostas por pergunta (inquérito de participação pública no modelo de cogestão do PNAL).....</i>	<i>48</i>
<i>Tabela 7: Número total de contributos (terceira parte do inquérito)</i>	<i>49</i>
<i>Tabela 8: Número de participantes nas sessões de apresentação pública do modelo de cogestão do PNAL</i>	<i>50</i>
<i>Tabela 9: Número de participantes nas sessões de auscultação pública</i>	<i>50</i>
<i>Tabela 10: Programa de medidas e ações</i>	<i>54</i>
<i>Tabela 11: Programa de medidas e ações do Eixo de Acompanhamento.....</i>	<i>58</i>
<i>Tabela 12: Contributo das medidas do Plano de Cogestão para a Valorização e Promoção do PNAL, Sensibilização para os valores do PNAL e Comunicação entre os vários interlocutores do PNAL.....</i>	<i>61</i>
<i>Tabela 13: Investimento previsto.....</i>	<i>65</i>
<i>Tabela 14: Situação de referência para os indicadores de realização obrigatórios</i>	<i>67</i>
<i>Tabela 15: Contributo do Plano de Cogestão para os indicadores de realização</i>	<i>70</i>
<i>Tabela 16: Indicadores de realização adicionais adotados</i>	<i>72</i>

1. Enquadramento

Na prossecução da política ambiental, as áreas protegidas constituem uma infraestrutura indispensável para a concretização dos propósitos da conservação da natureza, tendo o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P., enquanto autoridade nacional para a conservação da natureza e da biodiversidade, a missão de assegurar o cumprimento das obrigações internacionais e nacionais neste domínio e a salvaguarda da Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP).

Valorizar a RNAP, como uma rede coerente e consistente, não pode ignorar que a gestão particular de cada área protegida encerra especificidades próprias decorrentes dos seus valores naturais, para as quais as entidades que estão no território detêm, reconhecidamente, uma capacidade de mobilização e interação que a proximidade e conhecimento do território lhes confere.

Nesse sentido, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/2018, de 7 de maio, que aprovou a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030, veio prever, enquanto medida estruturante, a adoção de modelos de cogestão das áreas protegidas, incentivando o estabelecimento de parcerias com as entidades presentes no território.

A instituição dos modelos de cogestão para as áreas protegidas de âmbito nacional, que tem por base imprimir uma dinâmica de gestão de proximidade, em que diferentes entidades colocam ao serviço da área protegida o que de melhor têm para oferecer no quadro das suas competências e atribuições, pondo em prática uma gestão participativa, colaborativa e articulada em cada área, vem de certa forma revolucionar algumas das áreas fundamentais para a manutenção e prosperidade das áreas classificadas, principalmente os Parques Naturais.

Neste propósito, com a publicação do Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, é definido um novo modelo de gestão das áreas protegidas, onde se juntam a autoridade nacional para a conservação da natureza e da biodiversidade, os municípios presentes nos territórios das áreas protegidas e quem, pelo conhecimento técnico-científico e saberes aplicados nessas áreas, possa contribuir para a aplicação das políticas de conservação, valorização e competitividade do território, sempre com o fito

de gerir, dar valor e perenidade aos ativos territoriais que as diferentes realidades do país concedem.

Com este modelo é criada a figura da Comissão de Cogestão da área protegida enquanto órgão de administração e gestão da mesma, que é o primeiro responsável perante a comunidade pelo desempenho da sua gestão nos domínios da promoção, comunicação e sensibilização.

O presente documento, elaborado pela Comissão de Cogestão do Parque Natural do Alvão (PNAL), coadjuvada pela Estrutura de Apoio, reflete o Plano de Cogestão para esta área protegida (Figura 1) para o período compreendido entre 2023 a 2027. Devido às especificidades do território, de acordo com o n.º 3 do Artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 116/2019 de 21 de agosto, definiu-se o âmbito territorial deste Plano de Cogestão os limites administrativos dos dois concelhos abrangidos pela área protegida.

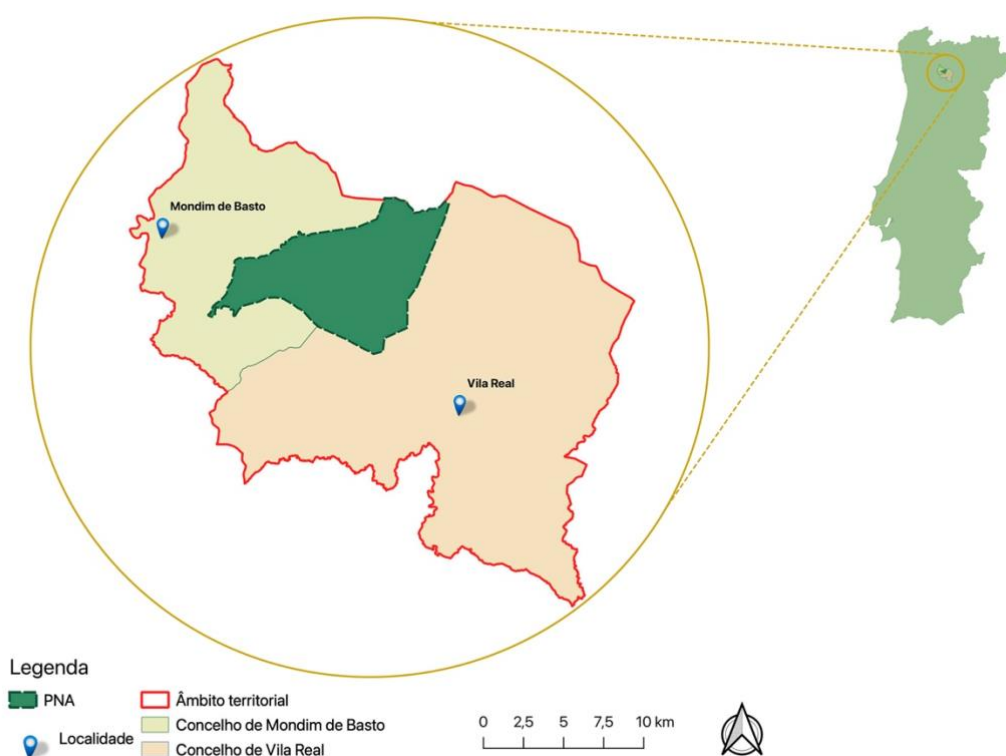


Figura 1: Âmbito territorial do Plano de Cogestão

Este documento determina a estratégia a implementar com vista a valorizar e promover o território em causa - PNAL, sensibilizar as populações locais e melhorar a

comunicação com todos os interlocutores e utilizadores, integrando um programa de medidas e ações que concretizam a estratégia definida, tal como previsto no Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto.

Neste enquadramento legal, o plano de Plano de Cogestão do PNAL aqui apresentado consubstancia um compromisso entre as entidades envolvidas na sua execução obedecendo aos seguintes princípios:

- a) Ser um documento mobilizador e consensual entre os parceiros;*
- b) Estar suportado numa caracterização e diagnóstico prospetivo do Parque Natural do Alvão;*
- c) Materializar um conjunto de projetos e ações consideradas prioritárias para valorizar a área protegida;*
- d) Definir as medidas e ações a implementar com vista a sensibilizar as populações e melhorar a comunicação com todos os interlocutores e utilizadores;*
- e) Definir potenciais fontes de financiamento e parceiros para cada medida prevista;*
- f) Ser o documento de suporte à elaboração do plano anual de atividades, que deve refletir o grau de desenvolvimento e execução do Plano de Cogestão;*
- g) Articular -se com o programa de execução e plano de financiamento que acompanha o programa especial da área protegida.*

Aquando da elaboração deste documento foram considerados projetos e ações que visaram os seguintes princípios, tal como definido no Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto:

- Promoção de atividades económicas desenvolvidas na área protegida que sejam compatíveis com a proteção dos valores e recursos naturais em presença;*
- Constituição e valorização de rotas e percursos pedestres, cicláveis e equestres;*
- Interpretação e divulgação dos valores e recursos naturais;*
- Promoção de atividades desenvolvidas em meio natural que potenciem o turismo de natureza e o desporto de natureza;*
- Promoção de bens produzidos com recursos endógenos;*
- Promoção da inovação tecnológica, económica e social nas práticas aplicadas manutenção das atividades e produtos tradicionais;*
- Fomento de novas atividades e produtos passíveis de atribuir valor aos recursos e valores naturais existentes;*
- Promoção da marca Natural.pt;*



- *Informação e sensibilização sobre os recursos naturais existentes e sobre boas práticas e usufruição do território;*
- *Aprofundamento da gestão colaborativa;*
- *Promoção do sentido de pertença das populações e dos atores chave;*
- *Internacionalização do território.*

2. Modelo de cogestão

2.1 O que é a cogestão

O modelo de cogestão das áreas protegidas é um novo modelo, instituído pelo já referido Decreto-Lei n.º 116/2019 de 21 de agosto, em que se pretende imprimir uma dinâmica de gestão de proximidade, em que diferentes entidades colocam ao serviço da área protegida o que de melhor têm para oferecer no quadro das suas competências e atribuições, pondo em prática uma gestão participativa, colaborativa e articulada dentro da área protegida. Este modelo tem três objetivos gerais:

1. *Criar uma dinâmica partilhada de valorização da área protegida, tendo por base a sua sustentabilidade nas dimensões política, social, económica, ecológica, territorial e cultural e incidindo especificamente nos domínios da promoção, sensibilização e comunicação;*
2. *Estabelecer procedimentos concertados que visem um melhor desempenho na salvaguarda dos valores naturais e na resposta às solicitações da sociedade, através de uma maior articulação e eficiência das interações entre o ICNF, I. P., os municípios e demais entidades públicas competentes;*
3. *Gerar uma relação de maior proximidade aos cidadãos e às entidades relevantes para a promoção do desenvolvimento sustentável da área protegida.*

Constituem entidades envolvidas na cogestão da área protegida a Comissão de Cogestão e o Conselho Estratégico.

2.2 Pedido de adesão ao modelo de cogestão

Os Municípios de Vila Real e de Mondim de Basto formalizaram no dia 17 de setembro de 2020, junto do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. (ICNF, I.P.), o pedido de adesão ao modelo de cogestão, tendo havido acordo entre ambos os municípios de que o Município de Mondim de Basto assumiria a presidência da Comissão de Cogestão (Anexo a).

2.3 Constituição do Conselho Estratégico

Os Conselhos Estratégicos das áreas protegidas de âmbito nacional estão previstos no Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (alínea c) do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho, na sua atual redação.

São órgãos de natureza consultiva que funcionam junto das áreas protegidas de interesse nacional, designados nas sucessivas estruturas orgânicas do Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, I.P. (ICNF; I.P) para a conservação da natureza e da biodiversidade, o ICNF, I.P.

O Decreto-Lei n.º 43/2019, de 29 de março, na sua atual redação, que criou a nova estrutura orgânica do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. (ICNF, I.P.), estabelece que os Conselhos Estratégicos das áreas protegidas de âmbito nacional são órgãos do ICNF, I.P. (alínea d) do artigo 5.º) e fixa a sua composição, regras de funcionamento e competências.

A composição do Conselho Estratégico do PNAL foi estabelecida no Despacho n.º 6071/2015, de 4 de junho, do Secretário de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza (Tabela 1).

Nos termos do n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 43/2019, de 29 de março, e em conformidade com o n.º 1 do Despacho n.º 6071/2015, de 4 de junho, o Conselho Estratégico do PNAL integra as seguintes entidades, cujos representantes se indicam na Tabela 1:

- a) *Um representante do ICNF, I.P.;*
- b) *Um representante da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte;*
- c) *Um representante da Direção-Geral de Património Cultural;*
- d) *Um representante da Agência Portuguesa do Ambiente;*
- e) *Um representante da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte;*
- f) *Um representante da Câmara Municipal de Mondim de Basto;*
- g) *Um representante da Câmara Municipal de Vila Real;*
- h) *Um representante das Juntas de Freguesia da área do PNAL;*
- i) *Um representante da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro;*
- j) *Um representante das Associações de Produtores Florestais;*

- k) Um representante das Organizações do Setor da Caça;
- l) Um representante das Associações de Agricultores;
- m) Um representante da Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte;
- n) Um representante dos Operadores de Turismo de Natureza;
- o) Um representante das Associações de Desenvolvimento local/regional;
- p) Um representante do Núcleo Empresarial da Região;
- q) Um representante dos Baldios da área do PNAL;
- r) Um representante dos Organizações Não Governamentais de Ambiente, de âmbito regional ou de âmbito nacional com intervenção na área do PNAL;
- s) Até três individualidades de reconhecido mérito, prestígio académico ou profissional.

Tabela 1: Composição do Conselho Estratégico do PNAL

Entidade	Representante
Instituto de Conservação da Natureza e Florestas	Diretora Regional do Norte do ICNF, I.P., Sandra Sarmento
CCDR-NORTE	Helena Teles Susana Santos
Direção Geral do Património Cultural	Ana Nunes
APA	José Eduardo Cabanas
Direção Regional Agricultura e Pescas do Norte	Luís Brandão
Câmara Municipal de Mondim de Basto	Presidente da Câmara Municipal de Mondim de Basto, Bruno Ferreira
Câmara Municipal de Vila Real	Vereador do Ambiente, Carlos Silva
Representantes das Juntas de Freguesias Área do PNAL	Presidente da Junta de União de Freguesias de Borbela e Lamas de Olo, José Armando Sousa
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro	Paula Seixas
Associações de produtores Florestais FNAPF	António Coelho /AFTM
Organização Setor da Caça	FENCAÇA, Jorge Maia
Associações de Agricultores	CAP, Luís Caeiro
Entidade Regional do Porto e Norte Turismo Porto e Norte	Carlos Ferreira
Operadores Turismo Natureza	Portugal Green Walks, Paulo Almeida Lopes

Associações de Desenvolvimento Local/Regional	Associação Douro Histórico, Luís Reguengo Machado
Núcleo Empresarial da Região	NERVIR, Emanuel Camilo
Baldios Área do PNAL	BALADI, Pedro Gomes
ONGA's	António Paulo Fontoura Magalhães
3 Individualidades a cooptar pelo CE	

No âmbito estrito da cogestão, são competências do Conselho Estratégico:

- Apreciar e emitir parecer sobre os instrumentos de gestão ou outros assuntos submetidos pela Comissão de Cogestão;
- Apoiar a Comissão de Cogestão na identificação dos instrumentos e linhas de financiamento de apoio à execução do Plano de Cogestão;
- Apoiar a execução de medidas e ações do Plano de Cogestão;
- Propor soluções e elaborar recomendações à Comissão de Cogestão.

2.4 Constituição da Comissão de Cogestão

A 19 de março de 2021 foi publicado em Diário da República n.º 55, 2ª série, o Despacho n.º 3025/2021 que determina a composição da Comissão de Cogestão do PNAL. Nele determina-se que a composição da Comissão de Cogestão do PNAL, a seguir descrita, e cujos representantes se indicam na Tabela 2:

- a) *O presidente da Câmara Municipal de Mondim de Basto, que preside à Comissão de Cogestão, sendo substituído, nas situações de impedimento ou ausência, pelo presidente da Câmara Municipal de Vila Real;*
- b) *O diretor regional da Conservação da Natureza e Florestas do Norte, sendo substituído, nas situações de impedimento ou ausência, pelo chefe de divisão de Cogestão de Áreas Protegidas do Norte;*
- c) *Representante da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD);*
- d) *Representante de organizações não governamentais de ambiente e equiparadas designado pela Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente;*
- e) *Representante da Associação Douro Histórico;*
- f) *Representante da Probasto — Associação de Desenvolvimento Rural de Basto;*

g) *Representante do Turismo do Porto e Norte de Portugal, E. R (3025/2021D, 2021).*

Tabela 2: Composição da Comissão de Cogestão do PNAL

Entidade	Representante
Município de Mondim de Basto	Presidente da Comissão de Cogestão – Presidente da Câmara Municipal de Mondim de Basto, Bruno Ferreira
Instituto de Conservação da Natureza e Florestas	Diretora Regional do Norte do ICNF, I.P., Sandra Sarmento
Instituições do Ensino Superior	Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Paula Seixas
Representante indicado pela CPADA	FAPAS e Quercus, José Carvalho
Douro Histórico	Presidente da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, Luís Machado
Probasto	Presidente da Câmara Municipal de Mondim de Basto, Bruno Ferreira
Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R.	Presidente da comissão executiva, Luís Martins

A Comissão de Cogestão do PNAL é coadjuvada por uma Estrutura de Apoio, coordenada pelo ICNF, I.P., sendo constituída por um representante de nível técnico das entidades que integram a Comissão de Cogestão, como indicado na Tabela 3.

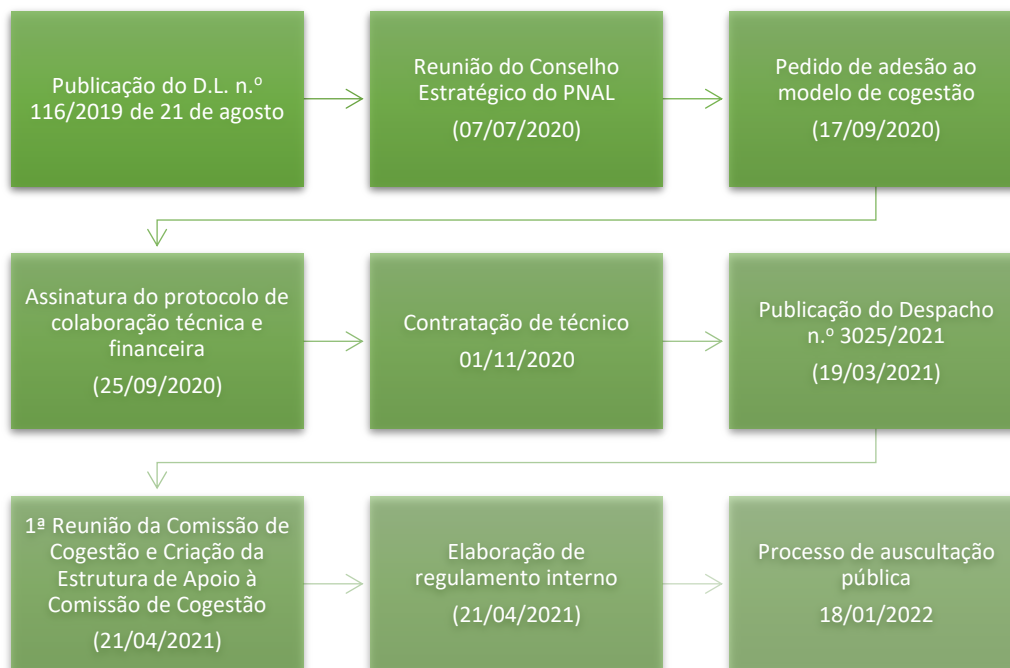
Tabela 3: Composição da Estrutura de Apoio à Comissão de Cogestão do PNAL

Entidade	Representante
Instituto de Conservação da Natureza e Florestas	Henrique Pereira
Municípios do Parque Natural do Alvão	Município de Vila Real: Mafalda Vaz de Carvalho Município de Mondim de Basto: Rosa Veloso
Instituições do Ensino Superior	Paula Seixas
ONGA indicada pela CPADA	José Carvalho
Douro Histórico	Manuela Pires
Probasto	Joaquim Magalhães
Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R.	Carlos Ferreira
Técnico da cogestão do PNAL	André Brito

2.5 Passos relevantes a destacar

A dinamização e implementação do modelo de cogestão do PNAL é um processo dinâmico que ocorre por fases.

Destacam-se assim os seguintes passos referenciados na infografia ordenados cronologicamente.



Decreto-Lei n.º 116/2019 de 21 de agosto

A 21 de agosto de 2019, foi publicado em Diário da República, 1ª série o Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, que define o modelo de cogestão das áreas protegidas e que concretiza o princípio de participação dos órgãos municipais na gestão das áreas protegidas.

Reunião do Conselho Estratégico do PNAL

A 7 de julho de 2020, reuniu o Conselho Estratégico do PNAL que votou favoravelmente a adesão da área protegida ao modelo de cogestão.

Formalização do pedido de adesão ao modelo de cogestão

A 17 de setembro de 2020 os Municípios de Vila Real e de Mondim de Basto formalizaram junto do ICNF, I.P., o pedido de adesão ao modelo de cogestão referente

ao PNAL, indicando desde logo que quem iria presidir à Comissão de Cogestão do Parque Natural do Alvão o presidente da Câmara Municipal de Mondim de Basto, sendo substituído, nas situações de impedimento ou ausência, pelo presidente da Câmara Municipal de Vila Real.

Assinatura do Protocolo de colaboração técnica e financeira

A 25 de setembro de 2020, foi assinado o protocolo de colaboração técnica e financeira entre o Município de Vila Real, o Fundo Ambiental e o ICNF, I.P., que visa garantir o apoio técnico e operacional dedicado em exclusividade à promoção, desenvolvimento e execução do modelo de cogestão do PNAL.

Contratação do Técnico

A 01 de novembro de 2020, e ao abrigo do protocolo de colaboração técnica e financeira referido, foi contratado o técnico responsável pela dinamização e implementação do modelo de cogestão do PNAL.

Publicação de Despacho n.º 3025/2021, de 19 de março

A 19 de março de 2021 foi publicado em Diário da República n.º 55, 2ª série, o Despacho n.º 3025/2021 que determina a composição da Comissão de Cogestão do PNAL.

1ª Reunião da Comissão de Cogestão e Criação da Estrutura de Apoio à Comissão de Cogestão do PNAL

A 21 de abril de 2021, reuniu pela primeira vez a Comissão de Cogestão do PNAL. Para coadjuvar a Comissão de Cogestão foi constituída uma Estrutura de Apoio, da qual fazem parte técnicos designados para o efeito por cada uma das entidades que integram essa Comissão de Cogestão e, ainda, o técnico que assegura o apoio à implementação do modelo de cogestão desta área protegida.

Elaboração de regulamento interno

A Comissão de Cogestão do PNAL, em articulação com a Estrutura de Apoio, elaborou e aprovou em (21 de abril de 2021) um regulamento interno de forma a consolidar o seu modelo de funcionamento da Comissão de Cogestão.

Processo de auscultação pública

Foi efetuado um processo de auscultação pública a diversos atores que interagem com a área protegida, através de um inquérito digital e de 8 sessões participativas, que se realizaram entre 4 e 22 de março de 2022.

Convite
A Comissão de Cogestão do Parque Natural do Alvão tem a honra de convidar V. Ex.ª para a sessão pública de apresentação do Modelo de Cogestão do PNAlvão.

18 de Janeiro
Sessão manhã - 10:00
Sessão tarde - 15:00

Programa:
- Abertura e apresentação da Comissão de Cogestão
- Apresentação do Modelo de Cogestão das Áreas Protegidas
- Ponto situação do modelo de Cogestão no PNAlvão
- Debate
- Encerramento

Inscrição obrigatória
Cada participante deverá inscrever-se apenas numa sessão

**Participação pública no modelo de cogestão
Parque Natural do Alvão
de 4 a 22 de março**

**Participa e contribui para um
Parque Natural do Alvão mais próximo!**

4 março Vila Real 14:30	8 março – Mondim de Basto 11 março – Vila Real 15:30	15 março – Mondim de Basto 18 março – Vila Real 18:00	22 março Mondim de Basto 14:30
Agrupamentos de escolas	Associações comerciais, culturais, desporto	Cooperativas agrícolas	Entidades governamentais
Instituições de ensino superior e profissional	Sector do turismo	Associações florestais	ONG
	Restauração	Baldios	Juntas de freguesia
	Alojamento	Associações de produtores	Forças de segurança
	Animação turística	caça e pesca	Comunidades intermunicipais

*inscrição obrigatória

Figura 2: Sessões participativas

2.6 Missão, Visão e Valores

Considerando as características, o potencial e os desafios que se colocam à gestão do território do PNAL, a Comissão de Cogestão definiu a sua missão, visão e valores.

Missão

Criar, desenvolver e consolidar um modelo de gestão participativo, colaborativo e articulado no Parque Natural do Alvão, valorizando a área protegida tendo por base a sustentabilidade do território, melhorando a eficiência das interações institucionais existentes na área e promover uma relação de maior proximidade entre as entidades de gestão, os agentes económicos, as populações residentes e demais entidades com relevância nesta área protegida.

Visão

Responder às fragilidades do território apostando numa forte componente de inovação para a valorização sustentável com base numa gestão colaborativa, participativa e de proximidade.

Valores

Promoção, Comunicação, Sensibilização, Colaboração, Compromisso, Participação, Proximidade, Inovação, Valorização, Sustentabilidade.

2.7 Compromissos estratégicos assumidos pela Comissão de Cogestão

A implementação do modelo de cogestão no PNAL implica a criação e a dinamização de uma estratégia que seja adequada e ajustada para a atual situação da área protegida. Esta estratégia deverá ser concretizada através de um instrumento de gestão, mais concretamente um Plano de Cogestão.

O Plano de Cogestão articula-se com o programa especial do PNAL e consagra a visão e a estratégia a seguir tendo por propósito a valorização e a promoção da área protegida, considerando-se, quando adequado e devidamente fundamentado, as zonas envolventes ao parque e que sejam relevantes para o seu desenvolvimento sustentável.

Tendo por base a análise e diagnóstico da área protegida e a visão dos vários parceiros integrantes da Comissão de Cogestão, descrevem-se três grandes objetivos estratégicos:

OE1. Promover o desenvolvimento sustentável do território através da utilização racional e da valorização dos recursos existentes, nomeadamente através da preservação do património cultural, da valorização dos produtos locais, da promoção do turismo sustentável, estimulando a manutenção e inovação das práticas ligadas às

comunidades e suas atividades económicas, reforçando as competências locais e a capacidade de empreender e inovar.

OE2. Promover a sensibilização e a divulgação do património do PNAL, a participação social, a capacitação e o envolvimento das comunidades e agentes locais, para que contribuam para atingir os objetivos do Plano de Cogestão do PNAL, colaborando na execução e nos resultados previstos de forma a criar dinâmicas que permitam dinamizar e valorizar o PNAL.

OE3. Apoiar a Autoridade Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade na preservação e restauro dos processos ecológicos, da biodiversidade e da geodiversidade, do conhecimento, divulgação e monitorização dos recursos e valores naturais e gestão da conservação da natureza no contexto das mudanças climáticas.

Para tal, e de acordo com a análise efetuada ao atual estado do PNAL, a Comissão de Cogestão assume alguns compromissos estratégicos que visam a melhoria e colmatação de lacunas encontradas.

Definiram-se, assim, três Eixos Estratégicos para a dinamização do PNAL e um Eixo de Acompanhamento:

- Eixo 1 - Promoção, Comunicação e Sensibilização
- Eixo 2 - Melhoria na qualidade de vida
- Eixo 3 - Turismo
- Eixo de Acompanhamento – “Património Natural: Biodiversidade e Geodiversidade do PNAL”

Eixo1 – Promoção, Comunicação e Sensibilização

A criação do PNAL, foi sinónimo de reconhecimento de um valor superior daquela área, constituindo um marco importante na valorização e projeção deste território. No entanto, constata-se que as populações locais muitas vezes desconhecem o valor natural presente nesta.

A criação desta área protegida levou, obrigatoriamente, à aprovação do Plano de Ordenamento do Parque Natural do Alvão (POPNAL), que impõe regras mais restritas que as existentes na área circundante ao PNAL. Uma possível falta de comunicação e de

entendimento da população local nesta matéria levou a um atrito/conflito com a gestão da área protegida.

Sendo assim, entende-se ser essencial criar uma estratégia de promoção do PNAL, com especial enfoque na aproximação às comunidades locais. Cientes de que todos os intervenientes na área protegida têm objetivos comuns, que é o melhor usufruto da mesma, mantendo os seus valores naturais, é importante que as entidades gestoras, entidades económicas e habitantes locais estejam em perfeita sintonia e harmonia.

Ainda dentro da estratégia de promoção, comunicação e sensibilização (Figura 3) é fundamental a divulgação do próprio Parque, dos seus valores e da sua importância, nos mais diversos públicos, incluindo a internacionalização, aproveitando até a proximidade do PNAL a Espanha.

Torna-se, pois, fundamental que dentro desta estratégia se desenvolvam ações eficazes que vão ao encontro dos objetivos previstos, elevando o valor do PNAL, atraindo visitantes e gerando, assim, maiores rendimentos às populações locais e agentes económicos que operam dentro da área do Parque.



Figura 3: Ações de sensibilização

Eixo 2 - Melhoria na qualidade de vida

As populações locais das áreas protegidas sentem-se muitas vezes injustiçadas e prejudicadas pela obrigatoriedade de cumprir os respetivos planos de ordenamento, o que de certa forma causa um conflito com a gestão do Parque.

Neste contexto é fundamental uma aproximação à população local desta área protegida e, de certa forma, conquistar a sua confiança. No Plano de Cogestão estão

contempladas um conjunto de ações que visam aproximar as populações à área protegida, promover a dinamização cultural, territorial e pessoal.

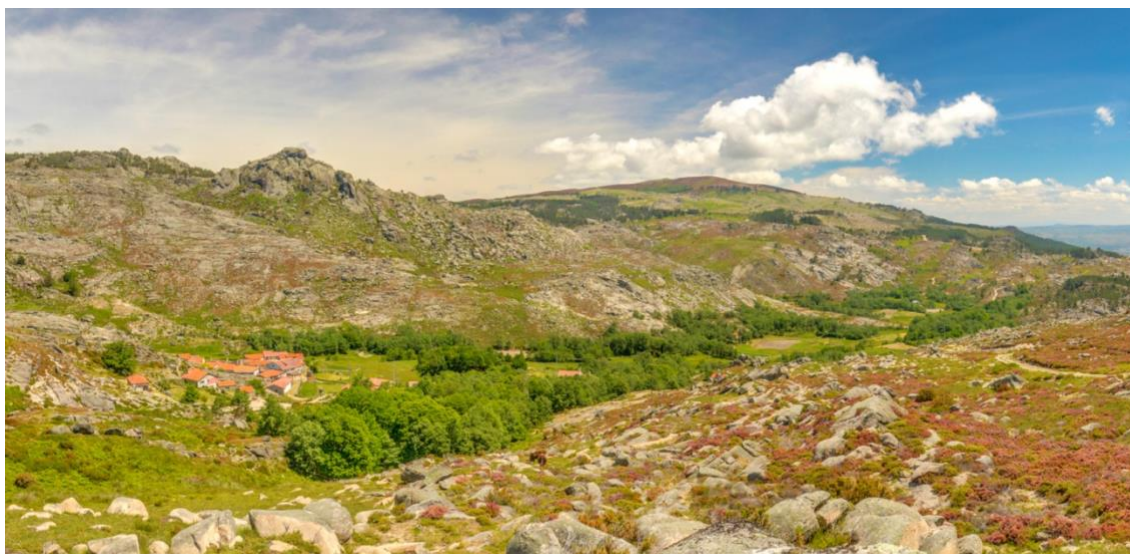


Figura 4: Enquadramento da Aldeia de Arnal

Eixo 3- Turismo

O turismo de natureza está em grande expansão. A procura por experiências na natureza e mais genuínas leva muitas vezes a uma procura das áreas protegidas. No entanto, estas possuem poucas infraestruturas que deem resposta à crescente procura.

Esta nova dinâmica de turismo põe, por vezes, os valores das áreas protegidas em risco, pois a falta de estruturas e informação leva a que as pessoas circulem *ad libitum* por áreas onde (pela sua fragilidade) não deveriam estar.

É, assim, fundamental ordenar o turismo do PNAL. Torna-se essencial a criação de ações e projetos associados a roteiros, miradouros, pontos de interesse e afins que possam disponibilizar ao turista uma oferta mais ordenada e de melhor qualidade, em termos de segurança de informação ou de experientiação. Importa também criar produtos turísticos de excelência, para que quem visita o PNAL possa usufruir dele, preservando os valores naturais (Figura 5).

É importante ainda fomentar o incentivo ao investimento das populações locais na área da restauração e alojamento, no artesanato e afins.



Autor: Henrique Martins o

Figura 5: Produtos turísticos do PNAL

Eixo de Acompanhamento – Património Natural: Biodiversidade e Geodiversidade do PNAL

Tendo em conta os três Objetivos Estratégicos definidos no Plano de Cogestão do PNAL e o estabelecido no Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, que se aplica especificamente nos domínios da promoção, sensibilização e comunicação, a Autoridade Nacional para a Conservação da Natureza e Biodiversidade (ICNF, I.P.), com a anuência da Comissão de Cogestão do PNAL, considerou oportuno incorporar um Eixo, exclusivamente de acompanhamento, dedicado ao “Património Natural: Biodiversidade e Geodiversidade do PNAL”. Este eixo, embora não seja parte integrante do Plano de Cogestão do PNAL, porque extravasa o âmbito da cogestão, permite recentrar e comprometer todas as entidades envolvidas neste modelo, lembrando que a valorização do território deve assentar, em primeiro lugar, na preservação do capital natural do Parque Natural do Alvão.

3. Caracterização da área protegida

3.1 Localização do Parque Natural do Alvão

O Parque Natural do Alvão localiza-se no norte de Portugal, no distrito de Vila Real, abrangendo parte do concelho de Vila Real e de Mondim de Basto. Perfaz 7220 ha de área total, distribuída 4361 ha no concelho de Vila Real e 2859 ha no concelho de Mondim de Basto (Figura 6).



Figura 6: Parque Natural do Alvão

3.2 Classificação do Parque Natural do Alvão

O PNAL foi criado pelo Decreto-Lei n.º 237/83, de 8 de junho. Visa, fundamentalmente, o desenvolvimento integrado e harmonioso com base na gestão dos recursos naturais, sociais e culturais, de maneira a conferir às populações qualidade de vida sem recorrer à degradação desses mesmos recursos, tendo os seguintes objetivos:

- a) *A conservação da Natureza e a salvaguarda do meio ambiente, nomeadamente quanto aos aspetos geomorfológicos, fisiográficos, faunísticos e florísticos;*
- b) *A defesa do património artístico e cultural;*
- c) *A renovação rural, através da dinamização socioeconómica e cultural, e do apoio à instalação de infraestruturas e equipamento;*
- d) *Promoção e apoio ao recreio ecológico;*
- e) *Sensibilização ecológica das populações.*

A Resolução de Conselho de Ministros n.º 142/97, de 28 de agosto, classifica o Sítio Alvão-Marão como Sítio da Rede Natura (Sítio PTCON0003 – Alvão-Marão) pela aplicação da Diretiva Habitats (Diretiva n.º 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de maio). Esta classificação tem em vista a prossecução de objetivos fundamentais de contribuir para assegurar a conservação de habitats de espécies de aves listadas no Anexo I da Diretiva Aves, bem como dos habitats naturais do Anexo I e dos habitats de espécies da flora e da fauna do Anexo II da Diretiva Habitats, considerados ameaçados ou significativos no

espaço da União Europeia. O Decreto Regulamentar n.º 1/2020, de 16 de março, classifica como zonas especiais de conservação (ZEC) os SIC do território nacional. Desta forma, a ZEC Alvão/Marão, englobando a totalidade da área do PNAL, é mais um instrumento fundamental de proteção desta área protegida (Figura 7).

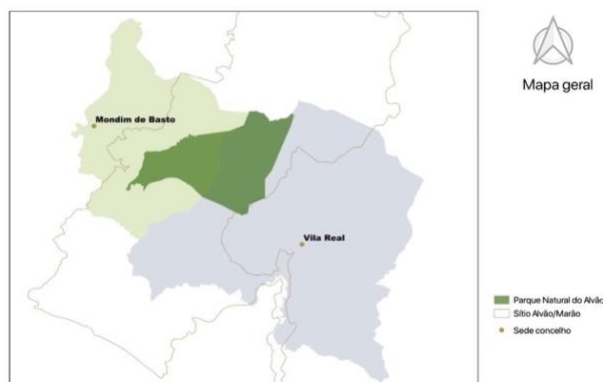


Figura 7: Mapa de enquadramento do PNAL na ZEC Alvão/Marão

3.3 Caracterização do Parque Natural do Alvão

Apesar da sua reduzida dimensão, este parque natural é dotado de valores naturais únicos e raros.

Apresenta uma significativa diversidade topográfica, com variações altimétricas superiores a 1079 metros (máxima: 1339m, mínima: 260m). Devido à diferença existente entre a cota máxima e a mínima, leva a que o Parque Natural possa ser dividido em duas zonas: uma zona de altitude que corresponde em grande parte à freguesia de Lamas d'Olo, ou seja, engloba as cotas mais elevadas da Bacia do rio Olo que apresenta terrenos mais suaves; e uma zona mais baixa, que, por sua vez, encontra-se representada na sua maioria pela freguesia de Ermelo, da qual faz parte a ribeira de Fervença e a Bacia do rio Olo, que é marcada por declives acentuados e onde encontra o seu maior desnível na cascata das fisgas (Figura 8).

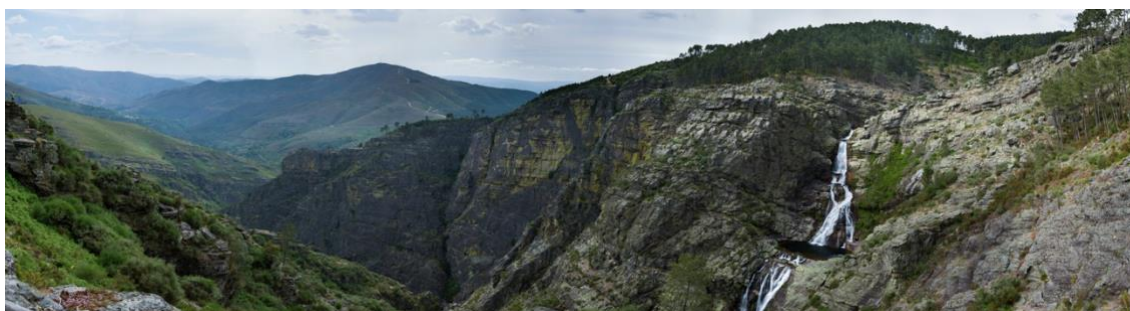


Figura 8: Fisgas de Ermelo

Em termos de geologia e geomorfologia, o PNAL caracteriza-se por ser uma área como uma região de dicotomia geológica, entre o xisto e o granito.

A Zona Alta do lado oriental, onde predominam as Formações Graníticas, destacando-se nesta zona a mancha de granitos de Lamas d'Olo e o 'caos granítico' do aglomerado de Arnal. A Norte encontra-se a formação geológica com mais representatividade do PNAL. O Maciço Compósito de Vila Real, onde se podem destacar as manchas de Granito de duas micas. A Oeste do caos granítico, encontra-se a Formação de Desejosa constituída por um conjunto rochoso de alternância de filitos cinzentos e negros.

Contrapondo à Zona Alta, surge a Zona Basal, dominada pelas Formações Metassedimentares do Paleozoico – zona Ocidental do Parque. Com uma dimensão significativa surge a Formação de Pardelhas composta por Xistos filito-grafitosos e xistos ardosíferos, xistos quiastolíticos, e por filitos cinzentos com raros níveis de metassiltitos. Esta composição, muito associada à transição entre litologias opostas, produz um 'acidente geomorfológico' único, com elevado interesse paisagístico e geológico - as Fiskas de Ermelo, que naturalmente, fazem a transição entre a Zona Alta e a Zona Basal.

Na queda de água do rio Olo, conhecida como Fiskas de Ermelo (Figura 9), ocorrem formações do quartzito Armoricano, quartzitos maciços, quartzitos impuros espessos, filitos cinzento-negros e quartzitos finos, quartzitos impuros pouco espessos. A sua altitude é de 800 metros, descendo em várias cascatas um desnível de 250 metros, num percurso de 1500 metros (62/2008 R.C. M., 2008).

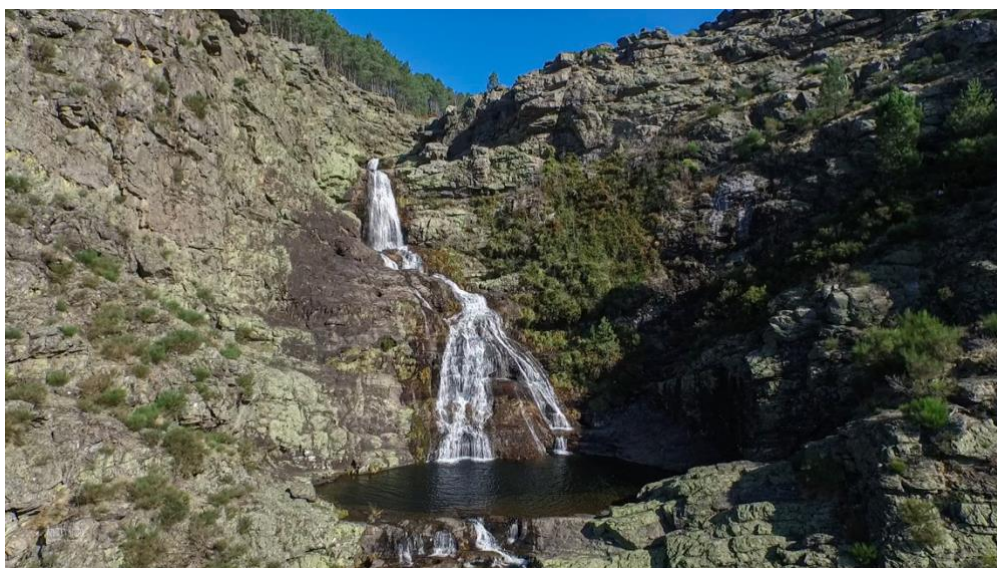


Figura 9: Geologia das Fiskas de Ermelo

A rede hidrográfica do PNAL é de uma grande diversidade, constituindo o rio Olo (Figura 10) a espinha dorsal do Parque. O rio Olo nasce a 1280 metros de altitude, na parte nordeste do PNAL.



Figura 10: rio Olo

A bacia hidrográfica do rio Olo apresenta-se constituída por um conjunto de numerosos afluentes e subafluentes com características de pequenos cursos de água intermitentes que descem fortes declives, cujo caudal o rio Olo conduz ao rio Tâmega. Destaca-se ainda a existência da ribeira de Arnal, na zona Sul do Parque, assim como as Barragens Fundeira e a Cimeira, que se localizam na margem esquerda do rio Olo, entre Lamas d'Olo e Arnal e constituem locais privilegiados do ponto de vista paisagístico.

Em termos de **Flora**, o Parque Natural do Alvão encerra uma grande diversidade florística, que se deve essencialmente ao facto de se situar numa zona de transição entre duas regiões fitoclimáticas: a Eurosiberiana e a Mediterrânica, estando assim influenciado pelo litoral húmido e o interior continental mais seco.

As formações arbóreas são caracterizadas pela presença de carvalhais galaico-portugueses de carvalho-negral (*Quercus pyrenaica*) e carvalho-roble (*Quercus robur*), de vidoais (*Betula alba*) e pequenos núcleos de sobreirais (*Quercus suber*). Os matagais são dominados por urzes, giestas, carquejas, sargaços e tojos. Salienta-se a ocorrência de vários habitats prioritários da Diretiva Habitats, como sejam as florestas de vidoeiros com musgos associadas a turfeiras, prados de *servum* e prados húmidos de secadal,

matagais de loureiros em galerias ripícolas e ainda charnecas húmidas atlânticas (62/2008 R.C.M., 2008).

No que se refere à **Flora**, no PNAL ocorrem cerca de 400 espécies de plantas, sendo que um conjunto dessas espécies possui valor ecológico elevado e tem especial relevância no território sendo, assim, espécies de conservação prioritária. Destacam-se assim as seguintes espécies: *Ajuga pyramidalis meonantha*, a Erva-sanguinária (*Anemone trifolia albida*), *Antinoria agrostidea*, Erva-pombinha (*Aquilegia vulgaris dichroa*), *Arenaria querioides*, *Armeria humilis*, Arnica (*Arnica montana*), Videoeiro (*Betula alba*), Campainhas (*Campanula lusitanica lusitanica*), Orvalhinha (*Drosera rotundifolia*) (Figura 11), Urze-peluda (*Erica tetralix*), *Eriophorum angustilolium*, Dente-de-leão (*Erythronium dens-canis*), *Festuca elegans*, *Festuca duriotagana*, *Festuca summilusitanica*, Genciana (*Gentiana pneumonanthe*) (Figura 12), Azevinho (*Ilex aquifolium*), *Leucanthemospsis flaveola*, *Lilium martagon*, *Luzula sylvatica henriquesii*, *Murbeckiella sousae*, *Narcissus asturiensis*, Campainhas-amarelas (*Narcissus bulbocodium bulbocodium*), *Narcissus triandrus triandrus*, Açucena-brava (*Paradisea lusitanica*), *Plantago radicata monticola*, *Potentilla sterilis*, Pereira-brava (*Pyrus bourgaeana*), Carvalho-negral (*Quercus pyrenaica*), Carvalho-alvarinho (*Quercus robur*), Sobreiro (*Quercus suber*), *Ranunculus bupleoroides*, *Ruscus aculeatus*, Borrazeira-branca (*Salix salviifolia*), *Saxifraga spathularis*, *Scilla hyacinthoides*, Franco (*Scilla ramburei beirana*), *Teucrium salviastrum*, *Thesium pyrenaicum*, *Thymus caespititius*, Uva-do-monte (*Vaccinium myrtillus*) e *Veronica micrantha* (62/2008 R.C.M., 2008).



Figura 11: *Drosera rotundifolia*



Figura 12: *Gentiana pneumonanthe*

No que se refere à **Fauna**, estão identificadas cerca de 200 espécies de vertebrados em todo o Parque Natural, sendo que 177 têm ocorrência regular. Do total de espécies de vertebrados que ocorre com regularidade no PNAL, 58% estão protegidas pelo Anexo II da Convenção de Berna e 23%, segundo o Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal, possuem estatuto de ameaça. Nos vários grupos faunísticos presentes na área podem destacar-se algumas espécies com elevado valor conservacionista. No caso das aves, destaca-se a presença de: Águia-real (*Aquila chrysaetos*) (Figura 14), Falcão-peregrino (*Falco peregrinus*), Tartaranhão-caçador (*Circus pygargus*), Melro-das-rochas (*Monticola saxatilis*), Melro-d'água (*Cinclus cinclus*) e Gralha-de-bico-vermelho (*Pyrrhocorax pyrrhocorax*). No caso dos mamíferos, destaca-se a presença da Toupeira-de-água (*Galemys pyrenaicus*), Gato-bravo (*Felis silvestris*), Lobo-ibérico (*Canis lupus signatus*), Corço (*Capreolus capreolus*), Lontra (*Lutra lutra*) e ainda uma importante comunidade de morcegos, onde está identificado o único abrigo de criação do país de morcego-de-bigodes (*Myotis mystacinus*). Relativamente à herpetofauna estão referenciadas 11 espécies de anfíbios e 17 de répteis, onde se destacam: Salamandra-lusitânica (*Chioglossa lusitanica*) (Figura 13), Sapo-parteiro (*Alytes obstetricans*), Sapo-corredor (*Epidalea calamita*), Rã-de-focinho-pontiagudo (*Discoglossus galganoi*) e Rã-ibérica nos anfíbios. Já nos répteis destaca-se: Sardão (*Timon lepidus*), Lagarto-de-água (*Lacerta schreiberi*), Cobra-de-pernas-pentadáctila (*Chalcides bedriagai*) e Víbora-cornuda (*Vipera latastei*) são os maiores valores deste grupo existentes no PNAL.

O PNAL possui enorme riqueza ao nível da fauna existente nos rios, destacando-se aqui a presença da Boga (*Chondrostoma polylepis*), da Truta-fário (*Salmo trutta fario*) e ainda da Enguia (*Anguilla anguilla*) (62/2008 R.C.M., 2008).



Figura 14: *Aquila chrysaetos*



Figura 13: *Chioglossa lusitanica*

Relativamente aos invertebrados, destaca-se a presença de Borboleta-azul-das turfeiras (*Phengaris alcon*), Fritilária-dos-lameiros (*Euphydryas aurinia*), Castanhinha-das-bétulas (*Thecla betulae*) e Vaca-loura (*Lucanus cervus*).

3.4 Evolução demográfica do território

Assiste-se, em Portugal, a um abandono constante da população nas regiões do interior face a um aumento populacional do litoral, fenómeno a que a área do PNAL não é exceção. Localizado integralmente na região de Trás-os-Montes e Alto Douro, ao longo das últimas décadas tem sido alvo de um processo de despovoamento, muito acentuado nalgumas freguesias. É devido ao êxodo rural e ao fenómeno da emigração que o interior do país se ressent, deixando assim certas regiões, como a área do PNAL, com uma população extremamente reduzida e envelhecida. A população ativa que mais contribui para o êxodo rural e a emigração desloca-se para os grandes centros urbanos ou para outros países à procura de um melhor nível de vida e de melhores condições de conforto.

Nas tabelas seguintes apresentam-se os dados referentes à população existente em cada freguesia que integra o PNAL (dados dos censos) entre 1981 e 2021 (tabela 4), grupos etários relativamente aos censos 2021 (figura 15), assim como a variação populacional nas freguesias entre as várias décadas (tabela 5).

Tabela 4: N° de habitantes das freguesias do PNAL

Freguesias	1981	1991	2001	2011	2021
Borbela	2550	2559	2257	2652	2890
Lamas de Olo	303	302	177	109	
Vila Marim	1863	1711	1690	1742	1517
Bilhó	983	950	350	546	429
Ermelo	1293	949	712	483	378

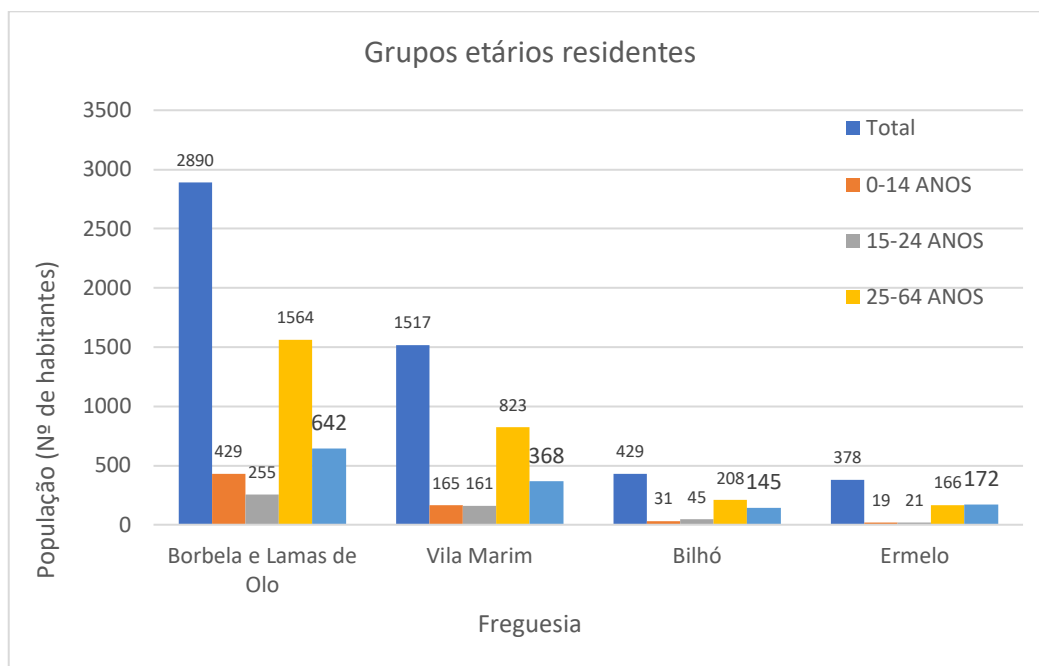


Figura 15: Grupos etários residentes no PNAL (censos 2021)

Tabela 5: Variação populacional nas freguesias do PNAL entre os anos (%)

Freguesias	1981-1991	1991-2001	2001-2011	1981-2001	1991-2011	1981-2011	2011-2021
Borbela	0,35	-11,80	3,72	-11,49	3,63	4,00	4,67
Lamas de Olo	-0,33	-41,39	-38,42	-41,58	-63,91	-64,03	
Vila Marim	-8,16	-1,23	3,08	-9,29	1,81	-6,49	-12,92
Bilhó	-3,36	-63,16	-28,44	-64,39	-71,79	-72,74	-21,43
Ermelo	-26,60	-24,97	-32,16	-44,93	-49,10	-62,65	-21,34

3.5 Caraterização do uso atual do solo

Como já referido, o PNAL tem uma ampla gama de altitudes, o que proporciona diferentes usos do solo (Figura 16). Nas áreas de maior altitude predominam as zonas descobertas e com pouca vegetação. As florestas abertas e a vegetação arbustiva e herbácea estão distribuídas um pouco por todo o território. A área agrícola heterogénea, assim como as culturas temporárias estão associadas aos aglomerados urbanos, tendo as florestas mais incidência nas zonas de menor altitude.

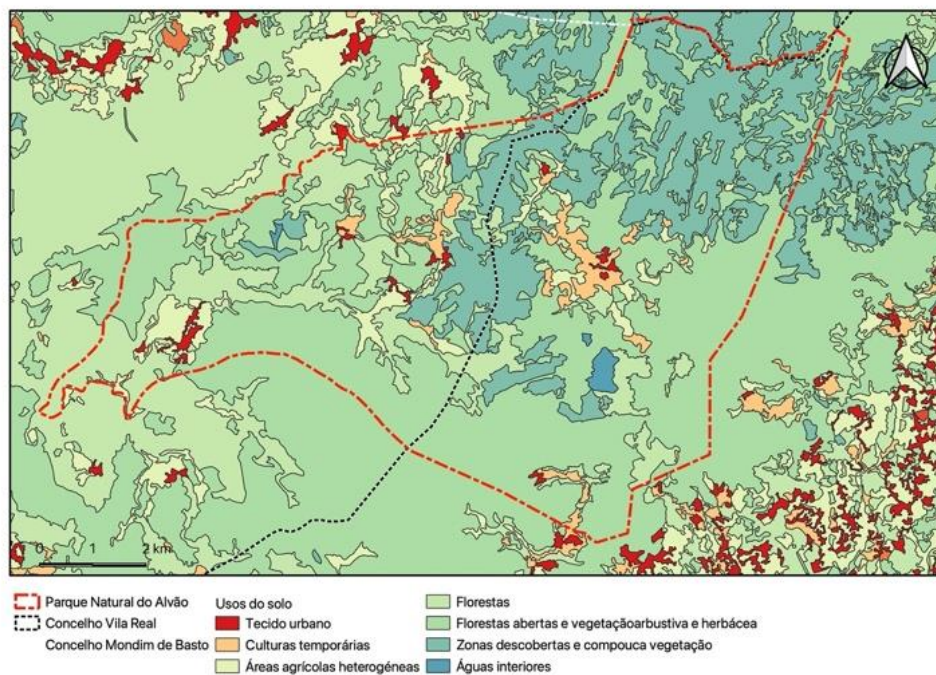


Figura 16: Caracterização do uso do solo

4. Diagnóstico prospetivo da área protegida

4.1 O que é crítico neste território

Na génese do PNAL esteve a necessidade de preservar e conservar uma área de elevado valor, o desenvolvimento integrado e harmonioso com base na gestão dos recursos naturais, sociais e culturais, de maneira a conferir às populações qualidade de vida, sem pôr em causa a preservação desses mesmos recursos. Foram objetivos da criação desta área classificada, conforme consta no Decreto-Lei n.º 237/83 de 8 de junho, “a conservação da natureza e a salvaguarda do meio ambiente, nomeadamente quanto aos aspetos geomorfológicos, fisiográficos, faunísticos e florísticos, a defesa do património construído e cultural e a renovação rural através da dinamização socioeconómica e cultural e do apoio à instalação de infraestruturas e equipamentos, e ainda a promoção e apoio ao recreio ecológico, assim como, a sensibilização ecológica das populações.”

Desde a criação do PNAL, a implementação das respetivas medidas de gestão, revelou-se uma tarefa difícil e que gerou conflitos entre as comunidades locais e as entidades responsáveis pela gestão da área protegida. A débil identificação das comunidades locais com as restritas regras inerentes à criação do PNAL, juntamente com a deficiente comunicação entre ambas as partes, levou, ao longo dos anos, a uma relação por vezes conflituosa e nada abonatória para a concretização dos objetivos previstos na criação desta área protegida. Esta é uma situação crítica no PNAL, a qual favorece um conjunto de situações que torna difícil a implementação de medidas de conservação na área protegida.

Pode dizer-se que as populações locais têm pouco sentido de pertença no que ao Parque Natural diz respeito. Os fracos serviços ao dispor das populações locais, a insuficiente sinalética e a falta de infraestruturas são as lacunas que urgentemente devem ser colmatadas.

Também estas adversidades têm também contribuído para o abandono territorial e, conseqüentemente, para um abandono das práticas agrícolas tradicionais, contribuindo, desta forma, para a degradação do território, dos habitats e, muitas vezes,

promovendo o desaparecimento de espécies (exemplo a Gralha-de-bico-vermelho, *Phyrrhcorax phyrrhcorax*) (Figura 17).



Figura 17: *Phyrrhcorax phyrrhcorax*

4.2 O que se pretende mudar

O modelo de cogestão em curso no PNAL, assente numa gestão participativa e de proximidade, pretende aproximar as populações locais e o público em geral à área protegida. O facto de a população poder contribuir para a construção de um Plano de Cogestão deste parque é um grande avanço para uma relação mais harmoniosa entre as entidades gestoras e os restantes atores e intervenientes neste território.

Considera-se fundamental para o futuro do PNAL fomentar o sentido de pertença e a identificação das comunidades locais com o conceito de Parque Natural. É muito importante que os habitantes desta área protegida se sintam uns privilegiados em viver dentro da área do PNAL.

Neste sentido urge dar resposta a um conjunto de lacunas que atualmente existem no Parque Natural.

A valorização das comunidades locais passa obrigatoriamente por melhorar a sua qualidade de vida, sendo necessário criar um conjunto de medidas e ações que visem principalmente ultrapassar as adversidades a que estas estão sujeitas.

A promoção de território é também uma das lacunas já identificadas. Aliada à pouca divulgação específica que se faz sobre este território está a degradação das estruturas informativas existentes nos pontos de interesse. É, assim, importante reforçar a sinalética dentro e nas áreas limítrofes do PNAL, recuperar as estruturas informativas degradadas e vandalizadas, atualizar a informação veiculada nas mesas e painéis informativos e criar uma linha gráfica apelativa, homogénea e atual.

Criar um plano de divulgação relativo ao PNAL, estruturado e ambicioso, é um fator relevante para o desenvolvimento turístico desta área protegida. Uma promoção

eficaz dos valores associados à área protegida promove o aumento do turismo de natureza e, consequentemente, uma mais-valia para o território e para os agentes económicos locais. É, assim, fundamental criar condições para o turismo sustentável e integrado com as especificidades do PNAL.

4.3 Como se posiciona estrategicamente

O PNAL posiciona-se como um importante destino turístico na região norte de Portugal, especialmente no que se refere ao turismo de natureza. Contudo, esta área protegida disponibiliza um conjunto de produtos que podem ser uma grande mais-valia no que ao turismo diz respeito. Os valores naturais são sem dúvida a maior atração do PNAL. Como já referido, tem valores diferenciadores de outras áreas protegidas, o que o torna um Parque Natural diferente.

Na gastronomia e nos produtos locais distinguem-se a carne de vaca Maronesa e de Cabra-Bravia, duas raças autóctones pastoreadas em regime extensivo que tornam este produto um marco na região (Figura 18). Na cultura destacam-se os costumes e saberes tradicionais, assim como a arquitetura tradicional.

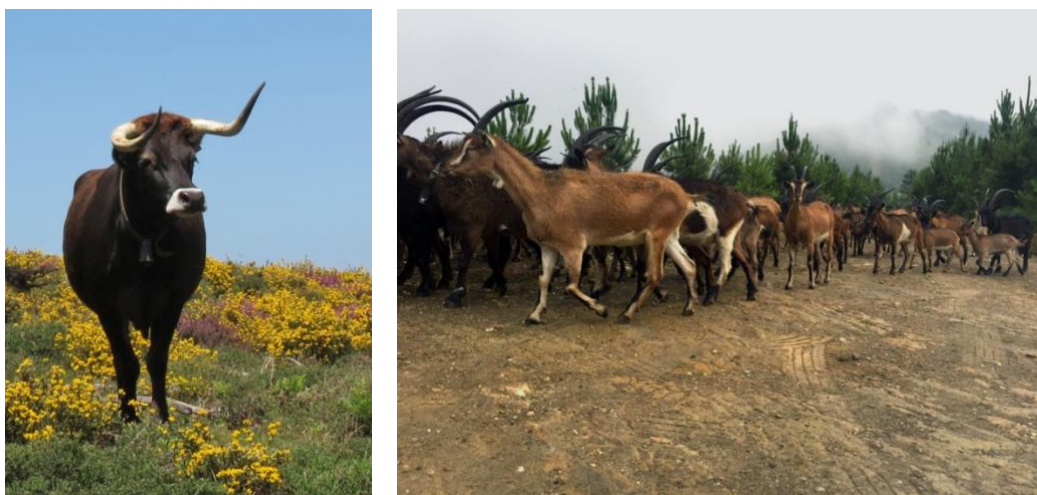
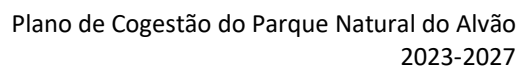


Figura 18: Raças autóctones

Uma grande vantagem deste território prende-se com a sua localização geográfica central relativamente à região norte. Sendo o território mais central, pode constituir-se como o “hub” do Turismo de Natureza da Região Norte, fazendo a distribuição dos fluxos turísticos para as áreas envolventes (Alto Minho, Peneda-Gerês,



Montesinho, Douro Internacional e Montanhas Mágicas). O PNAL reúne as condições necessárias para se estabelecer como o ponto de partida e de chegada relativamente às várias ofertas que se forem organizando à volta deste conceito: visitar uma rede de destinos de Turismo de Natureza do Norte. A própria centralidade em relação ao mercado de proximidade, a proximidade a Espanha, acessibilidade ao mercado estrangeiro e acessibilidades e facilidade de circulação, consagram este território como o ponto ideal para a programação deste tipo de viagem.



Forças

Fraquezas

Oportunidades

Ameaças

Forças

- Parque Natural pouco humanizado
- Poucas infraestruturas dispersas
- Área com elevados valores naturais
- Presença de espécies raras
- Locais de interesse geológico
- Rio Olo como espinha dorsal do Parque
- Produtos de excelência (DOP)
- Hospitalidade das populações locais
- Rede Natura 2000
- Habitats e espécies prioritários para a conservação da natureza
- Rede de rotas e percursos pedestres
- Elevado potencial para o desenvolvimento de projetos de investigação científica, em áreas como conservação da natureza, sustentabilidade de territórios rurais, património, etc.
- Centralidade do Parque Natural na região norte (próximo ao PN Peneda-Gerês, PN Montesinho, PN Douro-Internacional)
- Proximidade a Espanha
- Manutenção dos elementos estruturais da paisagem rural com interesse para a biodiversidade.

Fraquezas

- Áreas sem cobertura de rede móvel e de internet
- Falta de sentido de pertença da população residente em relação ao PNAL
- Área com grande incidência de incêndios florestais
- Insuficiente conhecimento sobre estado, distribuição e conservação dos valores naturais
- Rede viária com poucas soluções
- Espécies exóticas invasoras que comprometem a conservação de habitats e espécies ameaçadas
- Insuficientes vias de acesso e infraestruturas associadas à paisagem e à observação e usufruto da biodiversidade
- Sinalética insuficiente sobre o PNAL, quer de aproximação, quer de informação e divulgação
- Falta de articulação entre as diversas entidades que interagem no território
- Insuficientes ações de vigilância, falta de controlo e falta de consequências atribuídas pelas autoridades responsáveis
- Falta de estratégia de comunicação e divulgação do PNAL
- Constrangimentos relativos à gestão do PNAL por parte do ICNF, I.P., devido à sua forma de organização e falta de recursos
- Grande densidade de parques eólicos na área do PNAL e nas áreas adjacentes
- Conflito das populações locais com o ICNF, I.P.
- Conflitos entre produtores pecuários e o Lobo-ibérico
- Deficiente sistema de compensação dos prejuízos causados pelo Lobo (serviços de ecossistemas)
- Falta de identidade visual e territorial
- Desvalorização do património e paisagem pelos locais
- Deficiente acessibilidade e mobilidade no território (apenas de transporte rodoviário próprio, serviço de transporte público (pouco frequente) ou táxi/carro de aluguer
- Falta de integração em rede da oferta dos miradouros
- Inexistência de uma Grande Rota que proporcione a travessia de todo o território e que funcione como elemento agregador dos percursos existentes

Oportunidades

- Crescente procura do turismo de natureza
- Tendência da procura por áreas naturais com boas condições de visitação
- Valorização dos produtos locais com certificação de qualidade
- Valorização dos valores naturais como meio de atração de turismo sustentável (ornitologia, fotografia de natureza ...)
- Ampla oportunidade de investimento privado ligado à natureza
- Gestão participativa da área protegida
- Criação de associação de desenvolvimento local exclusiva a residentes
- Aposta numa floresta autóctone e segura, mais resiliente aos incêndios

Ameaças

- Território despovoado e com populações envelhecidas
- Falta de disponibilidade de emprego
- Progressiva deterioração e abandono do sistema agro-silvo-pastoril tradicional.
- Elevados níveis de erosão e compactação dos solos por causas antrópicas
- Área muito afetada com incêndios
- Tendências para aumento de risco de incêndio devido às alterações climáticas
- Atividades antrópicas com diversas perturbações nos locais de nidificação de espécies ameaçadas
- Turismo não ordenado
- Prática de todo-o-terreno não autorizado, com destruição de habitats e perturbações da biodiversidade
- Falta de formação de muitos dos profissionais do setor do turismo e, por conseguinte, incumprimento das boas práticas necessárias para uma oferta de qualidade

4.4 Estratégia consensualizada para o território

A implementação do modelo de cogestão no PNAL implica a criação e a dinamização de uma estratégia que seja adequada e ajustada à atual situação da área protegida.

Tendo em conta os objetivos estratégicos descritos no ponto 2.5, a estratégia consensualizada para o território deverá ser concretizada através de um instrumento de gestão, mais concretamente o Plano de Cogestão do PNAL.

Atente-se que, na hora de se definir uma estratégia em prol do desenvolvimento sustentável do PNAL foram tidos em atenção alguns aspetos fundamentais:

- a) as especificidades do território que define o PNAL;
- b) as populações locais que habitam dentro do PNAL;
- c) o desenvolvimento da área protegida ao longo do tempo.

4.5 Eixos estratégicos e áreas-chave a apostar na área protegida

Como já referido no ponto 2.5, a Comissão de Cogestão do PNAL definiu três Eixos Estratégicos e um Eixo de Acompanhamento como sendo as áreas prioritárias de atuação no âmbito das competências da cogestão do PNAL, a saber:

Eixo 1 – Promoção, comunicação e sensibilização. Este eixo tem como principais objetivos promover o PNAL, melhorar a comunicação e sensibilizar a população para os valores desta área protegida. Para cumprimento destes objetivos entende-se ser necessário a apostar nas seguintes áreas-chave: Identidade do PNAL; Divulgação e comunicação; Sensibilização.

Eixo 2 – Melhoria na qualidade de vida. Este eixo tem como principais objetivos criar uma maior aproximação entre as entidades gestoras da área classificada e as comunidades locais e promover melhores condições de vida para as populações. Para cumprimento dos objetivos pretende-se dinamizar ações dentro das seguintes áreas-chave: Dinamização cultural/pessoal; Dinamização territorial.

Eixo 3 – Turismo. De forma a fomentar o turismo sustentável e criar valor acrescido ao território e aos agentes económicos locais entende-se essencial a aposta

nas seguintes áreas-chave: Infraestruturas de apoio à visitação; Programa de atividades turísticas; Investimentos locais.

Eixo de Acompanhamento – Património Natural: Biodiversidade e Geodiversidade do PNAL. Este Eixo, da exclusiva responsabilidade do ICNF, I.P., permite recentrar e comprometer todas as entidades envolvidas neste modelo, lembrando que a valorização do território deve assentar, em primeiro lugar, na preservação do capital natural do PNAL.

5. *Auscultação de atores chave*

O modelo de cogestão das áreas protegidas, como já referido anteriormente, assenta sobre um modelo de gestão participativa, de proximidade, colaborativa em que se pretende envolver todos os atores que possam de alguma forma contribuir para o desenvolvimento das áreas protegidas, fomentando uma valorização sustentável do território.

O PNAL conta com diversas aldeias em que os seus habitantes, consciente ou inconscientemente, pelas suas ações diárias moldam e mantêm o equilíbrio ecológico da área protegida.

Para o sucesso deste modelo torna-se assim fundamental envolver e fomentar a participação das populações locais, dos agentes económicos, das várias instituições de sociedade civil, entre outras entidades que possam contribuir para a discussão construtiva, o desenvolvimento de projetos de valorização e o desenvolvimento sustentável do PNAL.

5.1 *Atores chave*

De forma a operacionalizar a gestão participativa e colaborativa foram identificados os principais atores do território que podem contribuir para a sustentabilidade do PNAL.

Os atores chaves do PNAL (anexo b) estão agrupados por áreas de intervenção. Para além da população local e da sociedade civil em geral, foram identificados os atores mais relevantes para o desenvolvimento sustentável e valorização desta área protegida, considerando as principais atividades e usos do território e dos seus recursos, bem como as suas potencialidades.

Os atores chave do PNAL foram agrupados segundo os seguintes grupos:

- Entidades governamentais de âmbito nacional ou regional dos setores: ambiente, floresta, agricultura, ordenamento e gestão do território;
- Comunidades Intermunicipais;
- Entidades do setor do Turismo;

- Câmaras Municipais;
- Juntas de Freguesia do PNAL;
- Associações de Desenvolvimento Local e Regional;
- Baldios, Associações de Baldios e Associações Florestais;
- Cooperativas Agrícolas e Associações de Produtores;
- Associações e Clubes de Caça e Pesca;
- Associações Comerciais, Empresariais e similares;
- Instituições do Ensino Superior;
- Instituições de Ensino Profissional;
- Agrupamentos de escolas;
- Forças de Segurança e Proteção Civil;
- Organizações Não Governamentais;
- Associações e Grupos Locais de Cultura, Etnografia, Artes e Desporto;
- Animação Turística;
- Restauração;
- Alojamentos.

5.2 Auscultação dos atores chave

A metodologia adotada na auscultação dos atores chave do PNAL contou com diferentes momentos de participação. Esta metodologia teve como principais objetivos promover uma aproximação entre a Comissão de Cogestão e atores do território, promover a gestão participativa, proporcionar momentos de comunicação e informação e por fim auscultar os atores do território sobre as principais potencialidades, os constrangimentos da área protegida e ainda as ações que no entender destes beneficiariam o PNAL, as comunidades e todos aqueles que interagem com este território.

Assinalam-se os seguintes momentos de auscultação pública realizados no âmbito da implementação do modelo de cogestão no PNAL:

- 1- Tendo em conta que o PNAL abrange dois concelhos, na primeira fase foram realizadas duas sessões públicas de apresentação do modelo de cogestão do PNAL (uma sessão por concelho), em 18 de janeiro de 2022 (Figura 19). As

sessões de apresentação foram efetuadas em regime misto (presencial e *online*) de forma a proporcionar a maior adesão de público possível. Estas sessões contaram com uma breve apresentação digital onde foram discriminadas e explicadas as várias competências da cogestão na gestão do Parque Natural e ainda com um período de debate e esclarecimento de dúvidas.



Figura 19: Sessões públicas de apresentação do modelo de cogestão do PNAL

- 2- O inquérito de auscultação/participação pública sobre o modelo de cogestão do PNAL foi disponibilizado *online*, entre 10 de janeiro e 5 de abril de 2022, nos sites das entidades integrantes da Comissão de Cogestão do PNAL (Figura 20).

Inquérito de participação pública no modelo de cogestão do Parque Natural do Alvão

O presente formulário visa dar início ao processo de participação pública, no âmbito da implementação do modelo de cogestão do Parque Natural do Alvão (PNAL). Tem como objetivo obter a opinião dos atores locais sobre o PNAL e avaliar a importância das ações que possam contribuir para alcançar os objetivos do desenvolvimento sustentável do território, em consonância com a estratégia de gestão do Parque Natural do Alvão. Pretende-se, assim, definir as prioridades para a implementação do modelo de cogestão do PNAL, a qual determinará a estratégia a implementar com vista a atingir o primeiro objetivo do PNAL, consistindo na promoção da melhoria e comunicação com todos os intervenientes e utilizadores.

Parte 1: Dados de identificação

Nome do participante: _____

Endereço: _____

Local de residência: _____

Profissão: _____

Formação académica: _____

Idade: _____

Sexo: ☐ Masculino ☐ Feminino

Parte 2: Avaliação da importância das ações

Para cada uma das ações propostas, indique a sua importância para o desenvolvimento sustentável do território, em consonância com a estratégia de gestão do Parque Natural do Alvão. Marque com um número de 1 a 5, onde 1 é a menor importância e 5 a maior.

Ação	Muito importante	Importante	Pouco importante	Não importante
1. Melhorar a comunicação e a participação dos atores locais	☐	☐	☐	☐
2. Melhorar a gestão do território	☐	☐	☐	☐
3. Melhorar a conservação da natureza	☐	☐	☐	☐
4. Melhorar a qualidade de vida	☐	☐	☐	☐
5. Melhorar a sustentabilidade económica	☐	☐	☐	☐
6. Melhorar a sustentabilidade social	☐	☐	☐	☐
7. Melhorar a sustentabilidade ambiental	☐	☐	☐	☐
8. Melhorar a sustentabilidade cultural	☐	☐	☐	☐
9. Melhorar a sustentabilidade económica	☐	☐	☐	☐
10. Melhorar a sustentabilidade social	☐	☐	☐	☐
11. Melhorar a sustentabilidade ambiental	☐	☐	☐	☐
12. Melhorar a sustentabilidade cultural	☐	☐	☐	☐

Parte 3: Comentários e sugestões

Outras sugestões ou comentários: _____

Parte 4: Avaliação da importância das ações

Para cada uma das ações propostas, indique a sua importância para o desenvolvimento sustentável do território, em consonância com a estratégia de gestão do Parque Natural do Alvão. Marque com um número de 1 a 5, onde 1 é a menor importância e 5 a maior.

Ação	Muito importante	Importante	Pouco importante	Não importante
1. Melhorar a comunicação e a participação dos atores locais	☐	☐	☐	☐
2. Melhorar a gestão do território	☐	☐	☐	☐
3. Melhorar a conservação da natureza	☐	☐	☐	☐
4. Melhorar a qualidade de vida	☐	☐	☐	☐
5. Melhorar a sustentabilidade económica	☐	☐	☐	☐
6. Melhorar a sustentabilidade social	☐	☐	☐	☐
7. Melhorar a sustentabilidade ambiental	☐	☐	☐	☐
8. Melhorar a sustentabilidade cultural	☐	☐	☐	☐
9. Melhorar a sustentabilidade económica	☐	☐	☐	☐
10. Melhorar a sustentabilidade social	☐	☐	☐	☐
11. Melhorar a sustentabilidade ambiental	☐	☐	☐	☐
12. Melhorar a sustentabilidade cultural	☐	☐	☐	☐

Parte 5: Comentários e sugestões

Outras sugestões ou comentários: _____

Figura 20: Inquérito de auscultação/participação pública

- 3- Foram dinamizadas seis sessões temáticas referentes ao modelo de cogestão do PNAL, entre 4 e 22 de março de 2022, com o objetivo de recolher contributos para a construção do Plano de Cogestão (Figura 21).



Figura 21: Sessões temáticas de auscultação

A apresentação detalhada da metodologia adotada para a auscultação pública do modelo de cogestão do PNAL encontra-se no anexo c.

5.3 Resultado da auscultação dos atores chave

Inquérito

Ao longo dos 85 dias em que o inquérito sobre o modelo de cogestão do PNAL esteve disponível foram obtidos os seguintes resultados de participação:

Na tabela 6 seguinte apresentam-se os principais dados de participação.

Tabela 6: Número de respostas por pergunta (inquérito de participação pública no modelo de cogestão do PNAL)

Questões respondidas	Nº de respostas
Reside dentro da área do Parque Natural do Alvão	92
Idade	89
Perspetiva sobre a área protegida	
Sabe onde se localiza o Parque Natural do Alvão?	91
Em que ano foi criada esta área protegida?	92
Qual a área do Parque Natural do Alvão?	90
Qual destes animais existentes no Parque, tem estatuto de conservação mais desfavorável?	90
Quantas aldeias se encontram dentro dos limites do Parque Natural do Alvão?	90
Quais os principais constrangimentos do Parque Natural do Alvão?	67
Quais as principais potencialidades do Parque Natural do Alvão?	74
Perspetiva sobre a área protegida sobre os eixos	
Eixo1 – Promoção, comunicação e sensibilização	
Elaboração de manual de identidade do PNAL (guia para uso dos padrões na comunicação)	90

Uniformização da sinalética do PNAL	90
Estratégia de comunicação	91
Produção de métodos e conteúdos de sensibilização	91
Aproximação e envolvimento das comunidades locais	93
Eixo 2 - Melhoria na qualidade de vida	
Promoção de atividades económicas e de bens produzidos pelos residentes locais	90
Fomento do sentido de pertença das populações e atores do PNAL	91
Fomento de novas atividades e produtos passíveis de atribuir valor aos recursos do PNAL	91
Medidas de inovação tecnológica, económica e social	90
Criação de gabinete de apoio ao habitante	91
Eixo 3 - Turismo	
Criação de estruturas como miradouros, parques de merenda, centros turísticos e museus	91
Criação de carta de Desporto de Natureza do Parque Natural do Alvão	90
Constituição e valorização de rotas e percursos pedestres, cicláveis e equestres	90
Incentivo às populações locais para o investimento em estruturas de apoio ao turismo	90
Eixo 4 - Conservação, Recuperação e Valorização	
Projetos de investigação científica dentro do PNAL	92
Ações que visam melhorar os habitats e espécies	91
Dinamização de campos de voluntariado	90
Propostas de ações e projetos	
Identidade do Parque Natural do Alvão	53
Divulgação e comunicação	50
Sensibilização	50
Dinamização pessoal e cultural	37
Dinamização territorial	36
Infraestruturas de apoio à visitação	42
Programa de atividades turísticas	42
Investimentos locais	41
Investigação científica	41
Melhoria dos ecossistemas	38
Campos de voluntariado	41
Outros projetos e contributos não enquadrados nas categorias anteriores	22
Nº de inquéritos respondidos	93

Na terceira parte do inquérito obtiveram-se os seguintes números de contributos (tabela 7).

Tabela 7: Número total de contributos (terceira parte do inquérito)

	Nº
Total de respostas	493
Total de respostas aceites	470

Sessões temáticas

As duas sessões de apresentação pública sobre o modelo de cogestão do PNAL contaram com as seguintes presenças (tabela 8).

Tabela 8: Número de participantes nas sessões de apresentação pública do modelo de cogestão do PNAL

Sessão	Local	Nº de participantes		
		Presencial	Online	Total
Sessão de apresentação	Vila Real	29	9	38
Sessão de apresentação	Mondim de Basto	22	5	27
Total de participações				65

Nas seis sessões temáticas relativas ao modelo de cogestão do PNAL foram obtidos os seguintes resultados de participação (tabela 9).

Tabela 9: Número de participantes nas sessões de auscultação pública

Sessão	Local	Nº de participantes		
		Presencial	Online	Total
Sessão de trabalho grupo 4 (educação e investigação)	Vila Real	24	6	30
Sessão de trabalho grupo 2 (turismo)	Mondim de Basto	12	3	15
Sessão de trabalho grupo 2 (turismo)	Vila Real	14	9	23
Sessão de trabalho grupo 3 (associações e grupos locais)	Mondim de Basto	11	3	14
Sessão de trabalho grupo 3 (associações e grupos locais)	Vila Real	23	1	24
Sessão de trabalho grupo 1 (entidades de administração)	Mondim de Basto	10	8	18
Total de participações				124

A apresentação detalhada dos resultados obtidos no âmbito da auscultação pública do modelo de cogestão do PNAL encontra-se no anexo c.

5.4 Principais ilações da auscultação

O processo de auscultação pública no âmbito do modelo de cogestão do PNAL permitiu retirar algumas ilações e conclusões, nomeadamente conhecer a perceção dos atores locais sobre a área protegida, assim como elencar alguns projetos e ideias que os atores do território gostariam de ver implementados.

A adesão dos residentes da área protegida ao preenchimento do inquérito ficou aquém da desejável (apenas 14% dos inquiridos residiam dentro da área protegida), o

que pode demonstrar a necessidade de criar mais laços e sinergias entre as os residentes do Parque Natural, as entidades gestoras e os diferentes atores locais.

Neste processo de auscultação, observou-se que os principais constrangimentos encontrados na área protegida são “instrumentos ligados à gestão do território” e os “transportes, comunicações e acessibilidades”. Os atores do território identificaram ainda as principais potencialidades como sendo o “Património Natural” e o “Turismo de Natureza”.

O resultado do processo de auscultação permitiu enriquecer o Plano de Cogestão do PNAL, em elaboração pela Comissão de Cogestão, com nove medidas adicionais e trinta e uma novas ações.

Este processo de auscultação permitiu ainda constatar que a estratégia prevista pela Comissão de Cogestão ia ao encontro das necessidades do território, uma vez que, em todas as questões do inquérito referentes à pertinência das linhas de orientação propostas, a resposta mais frequente foi no sentido de as considerar da maior importância para o desenvolvimento da área protegida e dos seus atores locais.

A apresentação detalhada de todo o processo de auscultação pública, do modelo de cogestão do PNAL, bem como o detalhe da metodologia utilizada, resultados, discussão e conclusões, encontram-se no anexo c.

5.5 Consulta pública do Plano de Cogestão do PNAL

Não obstante a auscultação pública já descrita, envolvendo vários atores-chave do PNAL e a população em geral, o Plano de Cogestão foi sujeito a consulta pública, no dia 28 de abril de 2023, pelo período de 20 dias uteis, terminando, assim, no dia 26 de maio de 2023.

Neste processo, foi disponibilizado o documento “Proposta de Plano de Cogestão do Parque Natural do Alvão” e um formulário que permitiu a recolha de contributos.

A consulta pública foi inicialmente publicitada por edital municipal (figura 22), 5 dias antes do seu início, e nos sítios da internet das entidades representadas na Comissão de Cogestão. Durante a consulta pública, todos os documentos estiveram disponíveis nos sítios da internet das entidades que integram a Comissão de Cogestão do PNAL.



COGESTÃO DO PARQUE NATURAL DO ALVÃO

EDITAL

CONSULTA PÚBLICA

PROPOSTA DO PLANO DE COGESTÃO DO PARQUE NATURAL DO ALVÃO (PNAL)

Bruno Miguel de Moura Ferreira, Presidente da Câmara Municipal de Mondim de Basto, na qualidade de Presidente da Comissão de Cogestão do Parque Natural do Alvão (PNAL), faz público, nos termos do nº 2 do artigo 15º do Decreto-Lei nº 116/2019, de 21 de agosto, que a partir do dia 28 de abril de 2023, encontra-se em consulta pública pelo período de 20 dias úteis a proposta do Plano de Cogestão do Parque Natural do Alvão (PNAL).

A proposta do Plano de Cogestão do Parque Natural do Alvão estará em consulta pública durante 20 dias úteis (de 28 de abril a 26 de maio), no sítio da internet dos Municípios e das Entidades que integram a Comissão de Cogestão para que a comunidade possa apresentar os seus contributos ao documento.

Os contributos poderão ser efetuados através do endereço <https://alvao.mondimdebasto.pt/> ou, ser submetidos, por escrito, através de formulário próprio, na sede do Município de Mondim de Basto, ou na sede do Parque Natural do Alvão, onde poderão, também, consultar a proposta do Plano de Cogestão do PNAL em versão papel ou digital.

Para constar, lavrou-se o presente edital que vai ser publicado no sítio da internet do Município de Mondim de Basto em <https://alvao.mondimdebasto.pt/> e afixado nos lugares públicos do costume.

Mondim de Basto, 19 de abril de 2023.

O Presidente da Comissão de Cogestão do Parque Natural do Alvão


(Bruno Miguel de Moura Ferreira)

Figura 22: Edital da consulta pública

5.6 Resultados da consulta pública

Após consulta pública do Plano de Cogestão do PNAL foi elaborado um relatório de ponderação (anexo d), no qual foram avaliados todos os contributos recebidos durante o processo de consulta pública.

Os dois contributos recebidos durante a consulta pública foram classificados como “já contemplados” no Plano de Cogestão, o que demonstra a pertinência dos mesmos e, simultaneamente, que as medidas e ações definidas pela Comissão de



Cogestão vão ao encontro das necessidades do território. Posto isto, o processo de consulta pública do Plano de Cogestão não alterou a proposta de Plano de Cogestão do PNAL.

6. Programa de medidas e ações prioritárias

O sucesso a curto, médio e longo prazo das áreas protegidas está muito dependente de um plano de estratégico bem estruturado, que vá ao encontro das necessidades e especificidades do território, que seja exequível, ambicioso, inovador e que valorize o território e os seus intervenientes.

Na sequência dos capítulos anteriores, onde se descreveu o novo modelo de cogestão desta área protegida, se efetuou o diagnóstico prospetivo do PNAL e se auscultaram vários atores chave, propõe-se um Programa de Medidas e Ações que visam a valorização do território, através da sua promoção, sensibilização e comunicação (tabela 10).

Tabela 10: Programa de medidas e ações

LINHA DE ORIENTAÇÃO (L)	MEDIDA (M)	AÇÕES (A)		PRIORIDADE	PROMOTOR	
EIXO 1 -PROMOÇÃO, COMUNICAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO						
L1 - IDENTIDADE DO PARQUE NATURAL DO ALVÃO	M1 - Elaboração do manual de identidade do PNAL e respetiva marca	A1	Criação de logótipo/ identificação para a Cogestão do PNAL	1	CMVR	
		A2	Criação de plataforma online/ ou Natural.pt	2	Entidades da CC	
		A3	Criação de APP	3	Entidades da CC	
	Investimento (M1)				8 200,00 €	
	M2 - Definição da uniformização da sinalética do PNAL	A4	Criação/renovação das portas do PNAL	1	CMVR	
		A5	Homogeneização de toda a sinalética do PNAL	1	Entidades da CC	
		A6	Sinalização do PNAL	1	ICNF	
	Investimento (M2)				55 305,85 €	
	L2 - DIVULGAÇÃO E COMUNICAÇÃO	M3- Estratégia de comunicação	A7	Conceção da estratégia de comunicação ***	1	Entidades da CC
		Investimento (M3)				20 000,00 €
M4 - Material de informação, promoção e divulgação ***		A8	Merchandising ***	3	ICNF	
		A9	Guia dos miradouros	2	CMVR	
		A10	Caderno de campo das borboletas noturnas de Vila Real	2	CMVR	
		A11	Documentário do PNAL	2	CMVR	
		A12	N304 provavelmente a melhor estrada da Europa	2	CMMB	
		A13	Centro de interpretação digital	1	CMVR	
		A14	Comunicação e Divulgação do Projeto "Aqui Alvão"	1	CMVR	
		A15	Tradução e edição dos guias de campo	2	ERTPNP	
Investimento (M4)				326 855,00 €		
		A16	Participação em eventos ***	2	Entidades da CC	



	M5 - Eventos de promoção e divulgação ***	A17	Eventos de divulgação e formação científica ***	2	Entidades da CC
	Investimento (M5)				90 000,00 €
L3 - SENSIBILIZAÇÃO	M6 - Estratégia de educação ambiental ***	A18	Conceção da estratégia de educação ambiental ***	1	Entidades da CC
		A19	Plano Municipal de educação ambiental	1	CMVR
	Investimento (M6)				75 000,00 €
	M7 - Métodos e conteúdos para a educação ambiental ***	A20	À descoberta do Alvão ***	1	ICNF
		A21	Alvão para todos ***	1	Entidades da CC
		A22	HabiAlvão	1	ICNF
		A23	Semana do Ambiente	1	CMVR
		A24	Ações de sensibilização sobre biodiversidade	1	CMVR
		A25	Voluntariado do património ***	1	Entidades da CC
		A26	Voluntariado Natural ***	1	Entidades da CC
		A27	Voluntariado de Verão ***	1	Entidades da CC
		A28	Programa de voluntariado jovem para as florestas	3	CMMB
	Investimento (M7)				62 111,46 €
	M8 -Estratégia de aproximação e envolvimento das comunidades locais	A29	Programa de valorização do PNAL direcionado para as comunidades	1	ADH
		A30	O valor da minha terra ***	1	Probasto
	Investimento (M8)				4 000,00 €
	Investimento (L1+L2+L3)				641 472,31 €
EIXO 2 - MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA					
L4 - DINAMIZAÇÃO CULTURAL E PESSOAL	M9 - Promoção de atividades económicas e bens produzidos	A31	Promoção da atividade pastorícia e da bovinicultura	1	Entidades da CC
		A32	Valorização das práticas sustentáveis e tradicionais ***	1	Entidades da CC
		A33	Campanha de promoção dos produtos do PNAL ***	1	Entidades da CC
		A34	Criação da marca "Alvão" ***	2	Entidades da CC
		A35	Encontro dos agrupamentos de baldios da BALADI	3	BALADI
	Investimento (M9)				50 300,08 €
	M10 - Fomento do sentido de pertença das populações	A36	Envolvimento das comunidades locais nas ações desenvolvidas pela cogestão	1	Entidades da CC
		A37	Feira de produtos do PNAL	2	Entidades da CC
		A38	Dia cultural da Aldeia	2	Entidades da CC
	Investimento (M10)				20 000,00 €
	M11 - Fomento de novas atividades e produtos passíveis de atribuir valor acrescentado aos recursos do PNAL	A39	Serviços de ecossistemas	1	Entidades da CC
	Investimento (M11)				1 000 000,00 €
L5 - DINAMIZAÇÃO TERRITORIAL	M12 - Inovação tecnológica, económica e social	A40	Telemóvel e internet para todos	1	Entidades da CC
		A41	Saneamento básico, acessibilidades ***	1	Entidades da CC
		A42	Rede de Águas Residuais da U.F.Ermelo e Pardelhas - Fase 1	1	CMMB
		A43	Transportes acessíveis para habitantes do PNAL ***	1	Entidades da CC
		A44	Sinalética sobre cinegética	3	CMMB
	Investimento (M12)				1 708 400,00 €



	M13 - Provedor do PNAL - Gabinete de apoio ao habitante	A45	Provedor do PNAL	1	CMVR CMMB
	Investimento (M13)				72 000,00 €
	M14 - Recuperação do património construído ***	A46	Recuperação de património edificado	2	Entidades da CC
		A47	Prémio reabilitação/preservação de casas ***	2	Entidades da CC
	Investimento (M14)				1 000 000,00 €
	M15 - Recuperação de vias e acessos ***	A48	Reabilitação e melhoria da rede viária ***	2	Entidades da CC
		A49	Melhoria do acesso a vias de comunicação exterior ***	2	Entidades da CC
		A50	Execução de faixas de gestão de combustível no PR3	2	CMMB
Investimento (M15)				675 000,00 €	
Investimento (L4+L5)				4 525 700,08 €	
EIXO 3 – TURISMO					
L6 - INFRAESTRUTURAS DE APOIO À VISITAÇÃO	M16 - Miradouros, parques de merendas, centros turísticos, museus	A51	Criação de miradouros sobre os pontos de interesse	1	Entidades da CC
		A52	Manutenção de parque de merenda	2	Entidades da CC
		A53	Reabilitação e dinamização do núcleo de técnicas tradicionais de Arnal	2	ICNF
		A54	Dinamização do Centro de Acolhimento de Arnal	2	ICNF
		A55	Criação, atualização e dinamização dos espaços interpretativos e expositivos	2	ICNF
		A56	Centro interpretativo da Casa do Fojo Requalificação da área envolvente à Casa do Fojo	2	CMMB
		A57	Miradouro das Físgas	1	CMMB
		A58	Reabilitação da área a norte da barragem cimeira ***	3	Entidades da CC
		A59	Parque de campismo ***	3	Entidades da CC
		A60	Zona de recreio e lazer de Ponte d’Olo	2	CMMB
		A61	Zona de recreio e lazer de Varzigueto	2	CMMB
		A62	Requalificação da área envolvente da Fonte do Trigo	1	CMMB
		A63	Rede de Miradouros do Alvão - Físgas	2	CMMB
		A64	Rede de Miradouros do Alvão - Anta	2	CMMB
		A65	Rede de Miradouros do Alvão - PR3 (M1)	2	CMMB
		A66	Rede de Miradouros do Alvão - PR3 (M2)	2	CMMB
		A67	Rede de Miradouros do Alvão - PR3 (M3)	2	CMMB
		A68	Rede de Miradouros do Alvão - PR3 (M4)	2	CMMB
		A69	Rede de Miradouros do Alvão - PR3 (M5)	2	CMMB
		A70	Requalificação da Capela de S. João do Ermo	2	CMMB
		A71	Rede de levadas do Alvão - Piscaredo	1	CMMB
		A72	Rede de levadas do Alvão - Ermelo	1	CMMB
		A73	Requalificação do miradouro de Lamas de Olo	1	CMVR



Plano de Cogestão do Parque Natural do Alvão
2023-2027

		A74	Miradouro da Fraga Alta	1	CMVR
		A75	Núcleo de técnicas tradicionais - Casa das memórias de Ermelo	2	CMMB
		A76	Reabilitação do centro logístico de apoio ao turismo de natureza	1	CMVR
		A77	Parque da Biodiversidade do Alvão	1	CMMB
		A78	Centro Interpretativo da Cal da Serra do Marão	1	CMMB
		A79	Centro de investigação ***	2	Entidades da CC
		Investimento (M16)			5 473 412,52 €
L7 - PROGRAMA DE ATIVIDADES TURISTICAS	M17 - Estudos para a sustentabilidade do território	A80	Implementação da carta de desporto de natureza do PNAL	2	Entidades da CC
		A81	Estudo da capacidade de carga da área do PNAL	1	CMVR
		A82	Investigação sobre património construído do PNAL	2	Entidades da CC
		A83	Investigação sobre património cultural ***	2	Entidades da CC
		Investimento (M17)			139 500,00 €
	M18 - Constituição e valorização de rotas e percursos pedestres	A84	Criação e marcação de rede de percursos do PNAL e respetivas homologações.	1	Entidades da CC
		A85	Percorso pedestre de Agarêz-Arnal	1	CMVR
		A86	Percorso pedestre Barragens-Barreiro-Lamas de Olo	1	CMVR
		A87	Rota das memórias de Ermelo	1	CMMB
		A88	Monitorização dos visitantes	1	CMMB
		Investimento (M18)			160 287,35 €
	M19 - Atividades lúdico-pedagógicas ***	A89	Eventos na natureza ***	1	Entidades da CC
		A90	Trail das Fiskas de Ermelo	2	AMA
		A91	Caminhada da Levada dos Moinhos do Lombo	1	Pé na Terra
		Investimento (M19)			37 620,00 €
	M20 - Formação e capacitação ***	A92	Formação e capacitação de agentes turísticos ***	1	ERTPNP
		A93	Ciclo de Workshops "Turismo de Natureza - walking & cycling na Região de Basto	1	Probasto
		Investimento (M20)			16 221,25 €
	M21 - Rede de bases de turismo	A94	Rede de Bases de Turismo de Natureza do Alvão - Centro Natural do Alvão	1	CMMB
		A95	Rede de Bases de Turismo de Natureza do Alvão - Quedas do Rio Cabrão	1	CMMB
		A96	Rede de Bases de Turismo de Natureza do Alvão - Parque Natural da Veiga Nova	1	CMMB
		A97	Rede de Bases de Turismo de Natureza do Alvão - Casa Florestal da Anta	1	CMMB
		A98	Rede de Bases de Turismo de Natureza do Alvão - Casa Florestal do Bilhó	1	CMMB
		Investimento (M21)			1 750 000,00 €
L8 - INVESTIMENTOS LOCAIS	M22 - Incentivo às populações para o investimento em estruturas de apoio ao turismo	A99	Incentivo ao alojamento local	1	Entidades da CC
		A100	Tradição à mesa	2	Entidades da CC
		A101	A fotografia como modo de caça	3	Entidades da CC
		A102	Os animais da minha terra	3	Entidades da CC

Plano de Cogestão do Parque Natural do Alvão

	A103	Incentivo à recuperação do património próprio ***	1	Entidades da CC
Investimento (M22)				50 000,00 €
Investimento (L6+L7+L8)				7 627 041,12 €
Total do Investimento (Eixo I, II e III)				12 794 213,51 €

*** Medidas e ações resultantes do processo de auscultação pública

Siglas:

CMVR – Câmara Municipal de Vila Real

CMMB – Câmara Municipal de Mondim de Basto

Entidades de CC – Entidades da Comissão de Cogestão

ADH – Associação Douro Histórico

A tabela 11 contempla as ações previstas no Eixo de acompanhamento.

Tabela 11: Programa de medidas e ações do Eixo de Acompanhamento

ÁREA DE INTERVENÇÃO (EA)	MEDIDA (M)	AÇÕES (A)	PROMOTOR	PARCEIROS
EIXO DE ACOMPANHAMENTO – PATRIMÓNIO NATURAL, BIODIVERSIDADE E GEODIVERSIDADE DO PNAL				
EA.1. RESTAURO E CONSERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO NATURAL E CULTURAL	EA.1.1. Restauro e conservação dos habitats naturais e prioritários	Aproveitamento de regeneração natural de espécies florestais autóctones	ICNF	CMVR CMMB Baldios
		Conservação de carvalhais e outros bosques caducifólios	ICNF	Baldios
		Conservação de turfeiras e urzais higrófilos	ICNF	CMVR CMMB Baldios
		Controlo de Invasoras	ICNF	CMVR CMMB Baldios
		Conservação de bosques ripícolas	ICNF	Baldios
	Investimento (EA.1.1.)			700 000,00 €
	EA.1.2. Restauro e conservação das espécies de fauna e de flora	Conservação e restauro de populações de pinheiro silvestre autóctone, sorbus, azevinho	ICNF	Baldios
		Conservação de aves necrófagas	ICNF	—
		Conservação de lobo-ibérico	ICNF	—
		Conservação do património genético da <i>Salmo trutta</i> e apoio ao repovoamento piscícola	ICNF	Baldios
	Investimento (EA.1.2.)			300 000,00 €
	EA.1.3. Promover a preservação dos valores geológicos e geomorfológicos	Elaboração de um plano de gestão da geodiversidade e património geológico e delimitar os locais de interesse e geológico e geomorfológico	ICNF	UTAD
		Inventariação, delimitação, monitorização e interpretação do património geológico e geomorfológico	ICNF	UTAD CMVR CMMB
	Investimento (EA.1.3.)			200 000,00 €
	Investimento total (EA.1.1.+EA.1.2.+EA.1.3.)			1 200 000,00 €
	EA.2. RESILIÊNCIA E PROTEÇÃO DE HABITATS NATURAIS	EA.2.1. Promoção da resiliência e a proteção dos habitats naturais	Elaboração de um plano de gestão de fogos rurais, na perspetiva da resiliência e proteção dos habitats naturais	ICNF
Execução de fogo controlado para melhoria de habitats			ICNF	CMVR CMMB Baldios
Beneficiação de infraestruturas de prevenção e combate a fogos rurais para reforço das condições de proteção dos habitats naturais			ICNF	CMVR CMMB Baldios
Criação de faixas e mosaicos de gestão de combustível para garantir a proteção dos habitats naturais			ICNF	CMVR CMMB Baldios

	Investimento (EA.2.1.)			700 000,00 €
Investimento total (EA.2.1.)				700 000,00 €
EA.3. CONHECIMENTO E INOVAÇÃO (ESTUDOS, MONITORIZAÇÃO E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA APLICADA À CONSERVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL)	EA.3.1. Inventariação e monitorização dos valores naturais	Implementação de um programa de monitorização periódica e sistemática do património natural (fauna, flora e geossítios)	ICNF	—
		Inventariação de espécies e habitats prioritários	ICNF	—
		Monitorização de zoonoses	ICNF	—
		Desenvolvimento de metodologias de controlo de invasoras	ICNF	CMVR CMMB Baldios
	Investimento (EA.3.1.)			350 000,00 €
Investimento total (EA.3.1.)				350 000,00 €
Total do Investimento do eixo de Acompanhamento				2 250 000,00 €

As medidas e respetivas ações a desenvolver poderão ainda ser sujeitas a alterações e programação detalhada, através do preenchimento da respetiva “Ficha de Medida” (anexo e), onde se identifica o cronograma de execução detalhado.

De modo a permitir a sua leitura fácil, mas ao mesmo tempo a pormenorização necessária das medidas e respetivas ações, a “Ficha de Medida” contém os campos necessários para uma consulta rápida de cada medida e ação com identificação, descrição, investimento, espaço temporal, contributo para os indicadores de realização, promotores e parceiros e ainda as fontes de financiamento (Figura 23).



FICHA N.º							M 1	
Eixo estratégico do Plano de Gestão do PnAI			Objetivo estratégico do Plano de Gestão do PnAI					
EIXO								
Linha de orientação do Plano de gestão do PNAI			Objetivo geral do Plano de Gestão do PNAI					
Linha de orientação								
Medida		M						
Objetivos específicos da medida								
Breve descrição das intervenções (projetos/ações)								
Investimento total da Medida		- €						
Contribua para os ODS (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável 2030)								
     								

Figura 23: Ficha de medidas e ações

6.1 Medidas de valorização e promoção do território, sensibilização das populações e medidas que visam melhorar a comunicação com todos os interlocutores e utilizadores do PNAL

A valorização e promoção de um território requer medidas e ações que, a cada momento, sejam ajustadas ao contexto atual desse mesmo território. Como já referido no presente documento, este Parque Natural desenvolve-se num território onde a intervenção humana é feita de forma sustentável, respeitando os valores naturais em presença.

Dotar o PNAL de estruturas que permitam valorizar esta área é algo fundamental para o seu usufruto sustentável, tanto pelos seus residentes, como pelos visitantes.

A par da promoção e valorização é fundamental contar com uma estratégia de sensibilização. Todos os interlocutores que interagem com esta área protegida deverão estar conscientes dos valores em presença, tendo a noção clara de que as ações Humanas podem interferir com o equilíbrio dos ecossistemas que caracteriza este

Parque Natural. O Plano de Cogestão do PNAL conta com um conjunto de medidas que visam sensibilizar as populações e os demais utilizadores do PNAL.

Não menos importante é a comunicação entre todos aqueles que interagem com a área protegida, contando este Plano de Cogestão com diversas medidas que pretendem promover uma comunicação mais assertiva e eficaz, interna e para o exterior.

A tabela 12 traduz os contributos de cada uma das medidas para a valorização, promoção, sensibilização e comunicação no âmbito da implementação do modelo de cogestão no PNAL.

Tabela 12: Contributo das medidas do Plano de Cogestão para a Valorização e Promoção do PNAL, Sensibilização para os valores do PNAL e Comunicação entre os vários interlocutores do PNAL

Programa de medidas do Plano de Cogestão do PNAL		CONTRIBUTOS		
LINHAS DE ORIENTAÇÃO	MEDIDAS	Valorização e promoção do PNAL	Sensibilização para valores e recursos naturais do PNAL	Melhorar a comunicação entre utilizadores e interlocutores do PNAL
EIXO 1 - PROMOÇÃO, COMUNICAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO				
L1 - IDENTIDADE DO PARQUE NATURAL DO ALVÃO	M1 - Elaboração do manual de identidade do PNAL e respetiva marca			
	M2 - Definição da uniformização da sinalética do PNAL			
L2 - DIVULGAÇÃO E COMUNICAÇÃO	M3- Estratégia de comunicação			
	M4 - Material de informação, promoção e divulgação			
	M5 - Eventos de promoção e divulgação			
L3 - SENSIBILIZAÇÃO	M6 - Estratégia de educação ambiental			
	M7 - Métodos e conteúdos para a educação ambiental			
	M8 -Estratégia de aproximação e envolvimento das comunidades locais			
EIXO 2 - MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA				
L4 - DINAMIZAÇÃO CULTURAL E PESSOAL	M9 - Promoção de atividades económicas e bens produzidos			
	M10 - Fomento do sentido de pertença das populações			
	M11 - Fomento de novas atividades e produtos passíveis de atribuir valor acrescentado aos recursos do PNAL			
L5 - DINAMIZAÇÃO TERRITORIAL	M12 - Inovação tecnológica, económica e social			
	M13 - Provedor do PNAL - Gabinete de apoio ao habitante			

	M14 - Recuperação do património construído			
	M15 - Recuperação de vias e acessos			
EIXO 3 - TURISMO				
L6 - INFRAESTRUTURAS DE APOIO À VISITAÇÃO	M16 - Miradouros, parques de merenda, centros turísticos, museus			
L7 - PROGRAMA DE ATIVIDADES TURISTICAS	M17 - Estudos para a sustentabilidade do território			
	M18 - Constituição e valorização de rotas e percursos pedestres			
	M19 - Atividades lúdico-pedagógicas			
	M20 - Formação e capacitação			
	M21 - Rede de bases de turismo			
L8 - INVESTIMENTOS LOCAIS	M22 - Incentivo às populações para o investimento em estruturas de apoio ao turismo			

6.2 Distribuição geográfica e temporal das medidas e das ações

A grande maioria das ações que integram o Plano de Cogestão do PNAL resultam de parcerias (entre as entidades da Comissão de Cogestão) e são transversais ao território do PNAL, refletindo uma implementação geográfica alargada a todo o território. De salientar que o âmbito territorial deste documento são os limites administrativos dos municípios que integram este Parque Natural, sendo que algumas das ações, pela sua pertinência, terão uma abrangência que vai além dos limites da própria área protegida.

No seu conjunto, as intervenções previstas no Programa de Medidas e Ações têm um período de execução de 5 anos, conforme especificado em cada uma das fichas da respetiva medida (anexo d).

6.3 Como e quem executa as medidas e ações definidas

Como demonstra a tabela 10 (Programa de Medidas e Ações) a grande maioria das ações propostas prevê uma execução assente em parcerias (entre as entidades da Comissão de Cogestão do PNAL).

No âmbito do modelo de cogestão de áreas protegidas em vigor, os municípios assumem um papel importante na execução das medidas e ações que valorizam o território e as comunidades residentes da área protegida.

Nos três eixos que se enquadram no domínio das competências da cogestão os dois municípios que integram os territórios do PNAL surgem como o principal promotor das ações. No eixo de acompanhamento, o ICNF, I.P., é o principal promotor, contando com a parceria de outras entidades que integram a Comissão de Cogestão.

De referir que na tabela 10 estão identificadas medidas e ações através de “****” que resultaram do processo de auscultação pública, as quais a Comissão de Cogestão decidiu, pela sua relevância, incorporar na proposta de medidas de ações do Plano de Cogestão do PNAL. Contudo, algumas destas medidas e ações carecem de promotor e orçamentação, ficando a aguardar a possibilidade de recorrer a mecanismos de financiamento que possam facilitar a execução das mesmas.

Considera-se, ainda, importante estabelecer ou reforçar outro nível de parcerias, nomeadamente com as entidades oficiais do setor do turismo, proteção e segurança, cultura, formação e emprego, entre outras, no sentido de serem identificados novos projetos relevantes para os objetivos da cogestão do PNAL, ou, de se estabelecerem consórcios para a implementação e sucesso das ações do Plano de Cogestão do PNAL.

6.4 Priorização das medidas e das ações definidas

A priorização das medidas e ações teve em conta a análise de diagnóstico efetuada, onde se identificaram as principais lacunas e necessidades para o desenvolvimento sustentável da área protegida. Durante o processo de auscultação pública, foram ouvidos os vários agentes e interlocutores os quais também identificaram as principais necessidades do PNAL, que a Comissão de Cogestão teve em devida conta.

Para priorizar as medidas e ações adotou-se a escala apresentada na figura 23, em que as ações com priorização 1 são as de maior importância e urgência e as ações de priorização 3 são as de menor importância e urgência. A priorização de cada uma das ações pode ser consultada na tabela 10 e nas fichas de medidas no anexo e.

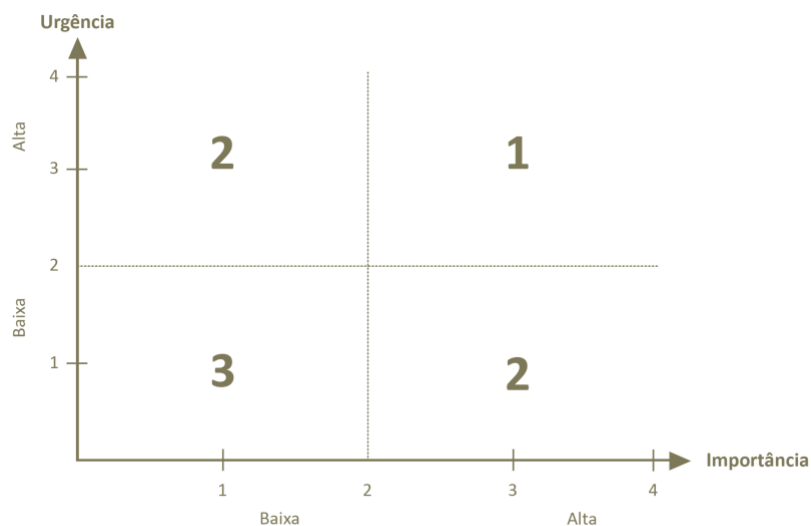


Figura 24: Escala de priorização de medidas e ações

7. Instrumentos e linhas de financiamento

O conjunto das medidas definidas e das ações/ projetos previstos para cada um dos 3 Eixos Estratégicos previstos no Plano de Cogestão do PNAL e o Eixo de Acompanhamento somam uma previsão de investimento na ordem dos quinze milhões de euros, conforme a tabela 13:

Tabela 13: Investimento previsto

INVESTIMENTO DOS EIXOS ESTRATÉGICOS DO PLANO DE COGESTÃO		
Eixos	Designação	Valor (€)
1	PROMOÇÃO, COMUNICAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO	641 472,31 €
2	MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA	4 525 700,08 €
3	TURISMO	7 627 041,12 €
Total do Investimento (eixos estratégicos)		12 794 213,51 €
EIXO DE ACOMPANHAMENTO		
Eixo	Designação	Valor (€)
EA	PATRIMÓNIO NATURAL, BIODIVERSIDADE E GEODIVERSIDADE DO PNAL	2 250 000,00 €
Total do Investimento (EA)		2 250 000,00 €

7.1 Financiamento das medidas e das ações definidas

Para a concretização do Programa de Medidas e Ações preconizadas será determinante a capacidade de se reunirem as condições de financiamento necessárias à execução do Plano de Cogestão do PNAL.

O Plano de Cogestão do PNAL mobilizará, pois, instrumentos de natureza diversa e envolverá diferentes fontes de financiamento, nomeadamente:

- Receitas próprias do ICNF, I. P.;*
- Receitas próprias das demais entidades representadas na Comissão de Cogestão;*
- Receitas obtidas no âmbito das medidas e ações de valorização e divulgação referentes à área protegida;*
- Verbas disponibilizadas pelos municípios abrangidos pela área protegida;*
- Receitas obtidas por via de mecenato ambiental;*
- Contribuições de fundos de direito privado, nacionais ou estrangeiros;*

- g) *Planos de investimento que tenham por objetivo a valorização do património cultural e natural do país, designadamente o Programa Valorizar, aprovado pelo Despacho Normativo n.º 9/2016, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 208, de 28 de outubro, na sua redação atual;*
- h) *Contribuições da União Europeia sujeitas a orientações fixadas pelas autoridades de gestão dos respetivos planos operacionais e aos regulamentos nacionais e da União Europeia, nomeadamente provenientes de Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (116/2019 D.L., 2019).*

De acordo com o n.º 5 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 116/2019 de 21 de agosto, *as candidaturas a financiamento nacional ou da União Europeia para a exceção de medidas e ações constantes no Plano de Cogestão têm de beneficiar de coeficientes de majoração na sua avaliação, de forma a contribuir para o sucesso do Plano de Cogestão. Igualmente, considera esta Comissão de Cogestão que será importantíssimo, de modo a garantir uma verdadeira coesão territorial, que os projetos previstos neste Plano de Cogestão sejam objeto de avisos específicos.*

7.2 Estratégia de obtenção de financiamento

A Comissão de Cogestão do PNAL considera fundamental estabelecer parcerias com as entidades cuja ação é relevante para a prossecução dos Objetivos Estratégicos do Plano de Cogestão. As várias entidades que compõem esta Comissão de Cogestão, articuladas com as parcerias que venham a ser criadas, irão concentrar todos os esforços na obtenção dos financiamentos necessários para a execução deste plano.

Através dos orçamentos próprios de cada uma das entidades e recorrendo aos vários instrumentos de financiamento nacionais e internacionais disponíveis, os membros da Comissão de Cogestão do PNAL irão elaborar diversas candidaturas aos vários programas que possam albergar as medidas previstas para o desenvolvimento da área protegida nas várias vertentes (promoção, divulgação, sensibilização), indo ao encontro dos objetivos definidos neste Plano de Cogestão.

8. Monitorização

8.1 Resultados obtidos na situação de referência para os indicadores de realização obrigatórios

De forma a avaliar o sucesso da implementação do Programa de Medidas e Ações do Plano de Cogestão do PNAL, foi desenvolvido o quadro de referência da situação atual relativamente aos indicadores de realização obrigatórios que foram estipulados pela Portaria n.º 67/2021, de 17 de março. Esta situação de referência (tabela 14), que a seguir se apresenta, constitui o ano zero (2022) da execução do Plano de Cogestão do PNAL, permitindo acompanhar a evolução dos resultados dos indicadores ao longo dos anos de implementação do Plano de Cogestão (67/2021 P., 2021).

Tabela 14: Situação de referência para os indicadores de realização obrigatórios

Temática	Indicadores de realização	Und de medida	Situação Atual (2022)	Meta (2023-2027)	Descrição
Porta de entrada	1 Porta(s) de entrada na AP, dotada(s) em permanência de meios de informação e sensibilização sobre valores naturais presentes	N.º	2	6	- ER 304 Ponte de Infesta M1191.1 Cavernelhe - Vila Real (Lordelo) Lamas de Olo - N312.1 Anta
Infraestruturas de lazer e visitação	2 Infraestruturas de lazer e visitação em bom estado de conservação (miradouros, parques de merenda, observatórios, passadiços, entre outras).	N.º	6	35	- Miradouro das Fiskas de Ermelo - com mesa interpretativa e mapa - Miradouro do Barreiro - com mesa interpretativa - Parques de merendas Agarez, Barragem e Ermelo - Parque de Merendas do Fojo - Parque de Merendas do Conselho Diretivo de Ermelo - Observatório da estação da biodiversidade de Lamas de Olo - Parque de merendas do PNAL, Ponte De Infesta – Ermelo
Materiais de divulgação	3 Materiais de divulgação da AP (mapa, vídeo, folhetos/brochuras, merchandising, sítio de Internet, aplicação informática, entre outras).	N.º	9	57	- Conteúdos no Site Municipal - Conteúdos na plataforma da Porto e Norte de Portugal TOMI - Brochuras municipais: Mapa do concelho de Mondim de Basto com o PNAL em destaque (PT e EN) - PR3 PR7 (PT EN) - Rota dos Miradouros - À Descoberta de Mondim de Basto (PT EN FR) - Flyer informativo do PNAL (PT EN FR) - Exposição permanente - PNAL - Loja de Turismo - Centro de Informação do PNAL

Rotas e percursos interpretativos	4	Rotas e/ou percursos interpretativos operacionais na AP (pedestres, clicáveis, equestres, entre outras).	N.º	4	16	- Barragens-Barreiro - PR3 Fiskas de Ermelo - Agarez-Arnal - Bike Roads- Circuitos sinalizados com passagem pelo PNAL
Sinalização	5	Estruturas de sinalização da AP em bom estado de conservação (pórticos de entrada, placas informativas, mesas interpretativas, locais de interesse, entre outras).	N.º	9	434	Ponte de Infesta - Cavernelhe - Miradouro das Fiskas de Ermelo - com mesa interpretativa e mapa - Miradouro do Barreiro - com mesa interpretativa. - Trilhos sinalizados (sinalização aprovada para 2022)
Visitação	6	Visitantes contabilizados nas infraestruturas de apoio da AP, nacionais e estrangeiros.	N.º	1698	3000	Dados de 2022
	7	Visitantes da AP através de Empresas de Turismo de Natureza.	N.º		3000	
	8	Reclamações resolvidas (n.º reclamações resolvidas/n.º total de reclamações recebidas).	%		80	
Natural.pt	9	Novos aderentes à marca Natural.pt	N.º	6	35	- Setor de atividade de animação turística
	10	Tipologias de novos produtos e serviços aderentes à marca Natural.pt.	N.º	1	5	- Apenas existem aderentes de animação turística
Novas atividades e produtos	11	Novas atividades e/ou produtos passíveis de atribuir valor aos recursos e valores naturais presentes na AP.	N.º	0	13	
	12	Ações de promoção e divulgação das atividades económicas desenvolvidas compatíveis com os valores naturais presentes na AP.	N.º	0	22	
Inovação	13	Projetos de inovação (ambiental, tecnológica, económica e social) aplicados a valores naturais ou a práticas e produtos tradicionais desenvolvidos na AP.	N.º	1	32	LIFE Maronesa
Educação e sensibilização ambiental	14	Projetos educativos e académicos, focados nos valores naturais e culturais presentes na AP.	N.º	4	7	- Centro de Informação e Interpretação do PNAL - Voluntariado - Visitas guiadas - Palestras
	15	Participantes em ações (informação, formação e sensibilização) sobre valores naturais presentes na AP e boas práticas para usufruto do território.	N.º	1093	1750	
Participação pública no processo de cogestão	16	Iniciativas de participação pública no âmbito da cogestão da AP (sessões de consulta e discussão pública,	N.º	8	23	- Sessões de apresentação do modelo de cogestão - Sessões de auscultação dos atores do território

		palestras, workshops, ações de voluntariado e networking) (1).				
	17	Participações efetivas em consultas públicas no âmbito da cogestão da AP.	N.º	217	500	- Inquérito - Participação pública
Avaliação do processo de cogestão	18	Entidades envolvidas nos projetos colaborativos na AP (incluindo promotores, empresas, centros de investigação, instituições de ensino e formação, ONGA e municípios).	N.º	2	8	- Fisgar o Alvão - Aqui Alvão
	19	Envolvimento das entidades parceiras na cogestão da AP (n.º de iniciativas de participação pública em que cada entidade parceira participou/ n.º total de iniciativas de participação pública) (2).	%	100	-	- Todas as entidades da CC participaram nas várias sessões
	20	Financiamento do Plano de Cogestão da AP (financiamento existente/financiamento necessário).	%	0	-	
	21	Execução de projetos e ações previstos no Plano de Cogestão da AP — execução física e financeira (3).	%	0	-	

- (1) Cálculo deste valor informa o denominador do indicador «Envolvimento das entidades parceiras na cogestão da AP».
- (2) Cálculo por entidade parceira e cálculo de média global.
- (3) Cálculo por projeto e cálculo de média global.

Na tabela 15 apresenta-se o contributo do Plano de Cogestão do PNAL para os indicadores de realização adotados.

Tabela 15: Contributo do Plano de Cogestão para os indicadores de realização

PLANO DE COGESTÃO DO PNAL	EIXOS ESTRATÉGICOS							
	1 - PROMOÇÃO, COMUNICAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO			2 - MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA		3 - TURISMO		
	LINHA DE ORIENTAÇÃO (L)							
	L1 - IDENTIDADE DO PARQUE NATURAL DO ALVÃO	L2 - DIVULGAÇÃO E COMUNICAÇÃO	L3 - SENSIBILIZAÇÃO	L4 - DINAMIZAÇÃO CULTURAL E PESSOAL	L5 - DINAMIZAÇÃO TERRITORIAL	L6 - INFRAESTRUTURAS DE APOIO À VISITAÇÃO	L7 - PROGRAMA DE ATIVIDADES TURÍSTICAS	L8 - INVESTIMENTOS LOCAIS
INDICADORES DE REALIZAÇÃO								
Porta(s) de entrada na AP, dotada(s) em permanência de meios de informação e sensibilização sobre valores naturais presentes								
Infraestruturas de lazer e visitação em bom estado de conservação (miradouros, parques de merenda, observatórios, passadiços, entre outras).								
Materiais de divulgação da AP (mapa, vídeo, folhetos/brochuras, merchandising, sítio de Internet, aplicação informática, entre outras).								
Rotas e/ou percursos interpretativos operacionais na AP (pedestres, clicáveis, equestres, entre outras).								
Estruturas de sinalização da AP em bom estado de conservação (pórticos de entrada, placas informativas, mesas interpretativas, locais de interesse, entre outras).								
Visitantes contabilizados nas infraestruturas de apoio da AP, nacionais e estrangeiros.								
Visitantes da AP através de Empresas de Turismo de Natureza.								
Reclamações resolvidas (n.º reclamações resolvidas/n.º total de reclamações recebidas).								
Novos aderentes à marca Natural.pt								
Tipologias de novos produtos e serviços aderentes à marca Natural.pt.								

Novas atividades e/ou produtos passíveis de atribuir valor aos recursos e valores naturais presentes na AP.								
Ações de promoção e divulgação das atividades económicas desenvolvidas compatíveis com os valores naturais presentes na AP.								
Projetos de inovação (ambiental, tecnológica, económica e social) aplicados a valores naturais ou a práticas e produtos tradicionais desenvolvidos na AP.								
Projetos educativos e académicos, focados nos valores naturais e culturais presentes na AP.								
Participantes em ações (informação, formação e sensibilização) sobre valores naturais presentes na AP e boas práticas para usufruto do território.								
Iniciativas de participação pública no âmbito da cogestão da AP (sessões de consulta e discussão pública, palestras, workshops, ações de voluntariado e <i>networking</i>) (1).								
Participações efetivas em consultas públicas no âmbito da cogestão da AP.								
Entidades envolvidas nos projetos colaborativos na AP (incluindo promotores, empresas, centros de investigação, instituições de ensino e formação, ONGA e municípios).								
Envolvimento das entidades parceiras na cogestão da AP (n.º de iniciativas de participação pública em que cada entidade parceira participou/ n.º total de iniciativas de participação pública) (2).								
Financiamento do Plano de Cogestão da AP (financiamento existente/financiamento necessário).								
Execução de projetos e ações previstos no Plano de Cogestão da AP — execução física e financeira (3).								
Rede viária reabilitada								
Ações de comunicação e promoção da AP (planos de comunicação e <i>marketing</i> , participação ou organização de feiras, eventos, congressos e similares)								
Ações de ordenamento, gestão e monitorização da visitação e de mitigação de impactos								
Atividades de educação ambiental realizadas								
Ações de capacitação realizadas								

Projetos de investigação e de promoção do conhecimento sobre valores naturais e culturais da AP (estudos, inventários, monitorização, infraestruturas de apoio à investigação e à promoção do conhecimento do património natural e cultural, entre outros)								
Novos agentes do território que desenvolvam atividades que potenciem o restauro ambiental/ paisagístico (pastorícia, agroflorestal...)								
Ações de qualificação das aldeias e promoção do desenvolvimento sustentável								

8.2 Indicadores adicionais adotados considerando a especificidade territorial

A execução do Plano de Cogestão do PNAL contribuirá para dar resposta ao conjunto mínimo obrigatório de indicadores de realização previstos na Portaria n.º 67/2021, de 17 de março, bem como para outros indicadores acrescentados pela Comissão de Cogestão do PNAL, que foram considerados relevantes para monitorizar a prossecução dos objetivos estratégicos definidos neste Plano.

A tabela 16 apresenta os indicadores adicionais adotados para a monitorização da execução do Plano de Cogestão do PNAL.

Tabela 16: Indicadores de realização adicionais adotados

Temática	Indicadores de realização	Und de medida
Novos indicadores	Rede viária reabilitada	kms
	Ações de comunicação e promoção da AP (planos de comunicação e marketing, participação ou organização de feiras, eventos, congressos e similares)	Nº
	Ações de ordenamento, gestão e monitorização da visitação e de mitigação de impactos	Nº
	Atividades de educação ambiental realizadas	Nº
	Ações de capacitação realizadas	Nº
	Projetos de investigação e de promoção do conhecimento sobre valores naturais e culturais da AP (estudos, inventários, monitorização, infraestruturas de apoio à investigação e à promoção do conhecimento do património natural e cultural, entre outros)	Nº
	Novos agentes do território que desenvolvam atividades que potenciem o restauro ambiental/ paisagístico (pastorícia, agroflorestal...)	Nº
	Ações de qualificação das aldeias e promoção do desenvolvimento sustentável	Nº

8.3 Metas para os indicadores de realização adotados

Conforme detalha o anexo e, cada uma das fichas de medidas e ações contempla um campo com as metas a atingir para cada um dos indicadores de realização.

As metas a atingir têm por base a situação de referência descrita no ponto 8.1, tabela 14, a qual tem apenas em conta os indicadores de realização obrigatórios, uma vez que ainda não existem dados para os novos indicadores propostos.

8.4 Avaliação anual dos indicadores de realização obrigatórios

A monitorização da implementação do Plano de Cogestão do PNAL assenta no acompanhamento dos indicadores de realização adotados, cuja avaliação será efetuada e atualizada através de relatórios anuais. Em cada uma das fichas de medida, já apresentadas no capítulo 6 e que constam no anexo d, está detalhada toda a informação incluindo a caracterização, acompanhamento, entidades e parceiros responsáveis, indicadores de realização e forma de medição dos mesmos. É esta avaliação e medição dos indicadores que permitirá inferir anualmente se as metas propostas estão a ser alcançadas.

8.5 Publicitação anual dos resultados obtidos

A publicitação dos resultados de execução do programa de medidas e ações serão disponibilizados ao público através da informação disponibilizada nos canais *online* (sites das entidades integrantes da Comissão de Cogestão) e em notas de imprensa, aquando da realização das várias ações previstas no Programa de Medidas e Ações.

9. Publicitação e divulgação

9.1 Locais de publicitação da informação relevante no âmbito da cogestão da área protegida

A informação relevante no âmbito da cogestão do PNAL será divulgada nas plataformas *online* das entidades que compõem a Comissão de Cogestão, numa plataforma web prevista para a cogestão do PNAL e redes sociais que venham a ser criadas.

De referir que o plano de comunicação previsto na Programa de Medidas e Ações elaborado irá detalhar os vários métodos de divulgação e comunicação da informação relevante sobre a cogestão.

9.2 Forma de divulgação da informação relevante no âmbito da cogestão da área protegida

A forma de divulgação da informação relevante no âmbito da cogestão, como já referido, será definida no plano de comunicação previsto na Programa de Medidas e Ações para a cogestão do PNAL. Esse plano será elaborado por uma equipa profissional e especializada em comunicação, prevendo as melhores formas e métodos para que a divulgação da informação alcance os objetivos e os públicos-alvo previstos.

Não obstante, a Comissão de Cogestão do PNAL tem previstas outras formas de divulgação da informação através dos meios de comunicação locais, como sendo os jornais locais, rádios, tv's locais, redes sociais entre outros.

10. Referências Bibliográficas

237/83, Decreto-Lei n.º 1983. “Cria o Parque Natural do Alvão.” Vol. N.º. 131. Diário da República, 08 de 06.

62/2008, RCM n.º 2008. “Plano de Ordenamento do Parque Natural do Alvão, Estudos de Caraterização - Património Natural.” Aprova o Plano de Ordenamento do Parque Natural do Alvão (POPNAL). Vol. N.º. 68. Editado por ICN, Parque Natural do Alvão e Universidade de Aveiro. ICN; Alvão, Parque Natural do; Aveiro, Universidade de, 7 de 04. 2084-2098.

6071/2015, despacho n.º 2015. “Despacho n.º 6071/2015.” Vol. N.º 108. Diário da República, 4 de junho.

116/2019, Decreto-Lei n.º 2019. “Define o modelo de cogestão das áreas protegidas.” PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS. Vol. N.º 159. Diário da República, 21 de agosto. 2-12.

67/2021, Portaria n.º 2021. “Aprova o conjunto mínimo obrigatório de indicadores de realização a integrar nos planos de cogestão das áreas protegidas.” CLIMÁTICA, MODERNIZAÇÃO DO ESTADO E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E AMBIENTE E AÇÃO. Vol. N.º 53. Diário da República, 17 de 03. 42-44.

3025/2021, despacho n.º 2021. “Determina a composição da comissão de cogestão do Parque Natural do Alvão.” Vol. N.º 55. Diário da República, 19 de março. 37-38.